

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**Poder público e especulação imobiliária:
Pobreza e miserabilidade na periferia de Uberlândia.**

(O Caso do bairro Jardim Prosperidade 1989 1999.)

ALUNO: DJALMA DIAS DA COSTA.

Uberlândia
janeiro 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**Poder público e especulação imobiliária:
Pobreza e miserabilidade na periferia de Uberlândia.
(O Caso do bairro Jardim Prosperidade 1989-1999).**

ALUNO: DJALMA DIAS DA COSTA.

Monografia apresentada como pré-requisito
para a conclusão da disciplina monografia 2,
sob a orientação do professor **Antônio
Almeida** do Departamento de História da
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia

Janeiro 2000.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Antônio Almeida, pelas horas dedicadas às orientações que foram fundamentais para a conclusão desta monografia

À diretoria e funcionários da ADUFU_SS pelo apoio que me foi dispensado nos momentos finais desta pesquisa.

A minha namorada, Sheila, pela ajuda e dedicação dispensada, em todas os momentos desta jornada

Aos moradores do Bairro jardim Prosperidade, que apesar de todas as dificuldades pelas quais eles passam, se prontificaram a dar depoimentos que foram de fundamental importância para a conclusão desta monografia.

A Deus por tudo que tem me possibilitado durante toda a minha vida .

A todos muito obrigado!

TERMO DE APROVAÇÃO

ORIENTADOR

PROF. DR. ANTÔNIO ALMEIDA

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

PROF. DR. JOÃO MARCOS ALÉM

SUMÁRIO.

1 - Introdução.....	1
2 - Capítulo 1- Da necessidade de moradia à especulação imobiliária: o surgimento de um bairro periférico.....	9
3 - Capítulo 2 - Os moradores no seu cotidiano: carências, dificuldades e formas de resistência	34
4 - Considerações finais.....	65
5 - Bibliografia.....	69

INTRODUÇÃO

O bairro Jardim Prosperidade está situado na periferia da cidade de Uberlândia, distante aproximadamente 15 quilômetros do centro comercial da cidade. Embora, formado desde 1989 e encontrar-se bastante populoso, até hoje não apresenta qualquer tipo de infra-estrutura urbana, sendo desprovido de serviços básicos como: abastecimento de água, rede elétrica, rede de esgoto, transporte coletivo, creche, posto médico, posto policial etc.

Ao optar-se aqui por trabalhar como objeto de pesquisa, o bairro jardim prosperidade, partiu-se da compreensão de que o historiador nunca é imparcial em relação à realidade na qual está inserido, como sugerem algumas abordagens de vertente positivista . Ao contrário, pelo fato de estar inserido nos acontecimentos de seu tempo, e portanto, desde a escolha do objeto de pesquisa até a conclusão do estudo, o historiador sempre deixará transparecer a sua relação com o mesmo .

Neste caso, desde a minha vinda para Uberlândia, há 12 anos tenho me deparado com grandes desigualdades sociais e com uma taxa de desemprego bastante acentuada. Contrariando o discurso oficial, a realidade vivenciada pela população trabalhadora de Uberlândia não se apresenta como exceção em relação às demais cidade de seu porte. Aqui também há pobreza, miséria, violência, meninos de rua, bairros periféricos sem infra-estrutura urbana. Neste bairro, a maioria dos moradores é constituída por migrantes, oriundos principalmente de cidades próximas e do nordeste do Estado. A grande parte é semi analfabeta, sendo que existem também muitos

moradores completamente analfabetos. Todos têm em comum a pobreza, nesse sentido, a pobreza existente em Uberlândia pode, de alguma forma, ser retratada à partir da realidade deste bairro. Assim, cabe indagar porque essas pessoas embora morem, trabalhem e paguem os seus impostos em Uberlândia são excluídas e consideradas como não Uberlândenses, simplesmente não existindo para as estatísticas oficiais. Outro aspecto relevante da cidade de Uberlândia é a especulação imobiliária. Aqui o capital e terras urbanas estão concentradas nas mãos de poucas pessoas, uma espécie de latifundiários urbanos. Por este motivo, neste trabalho uma das preocupações foi investigar até que ponto a manipulação dos benefícios públicos é feita de maneira a favorecer e valorizar terrenos para essas pessoas ou seja, estaria o poder público se fundindo com os interesses privados? A situação existente no bairro Jardim Prosperidade é exemplo desta condição? Procurando responder estas indagações, o estudo buscou compreender um pouco melhor o caminho utilizado pelo capital imobiliário especulativo, bastante presente em Uberlândia, e sua relação com o poder público municipal principalmente no que diz respeito ao favorecimento à especulação imobiliária. Nesse sentido foi questionado o fato do poder público sequer punir os loteadores inescrupulosos, que vendem terrenos sem qualquer infra-estrutura básica e sem cumprir as exigências legais. Cabe indagar até que ponto o poder público municipal de Uberlândia, ao fazer vistas grossas para estas questões imobiliárias, está também defendendo os seus próprios interesses, já que os seus integrantes detêm ou detiveram uma grande parte do solo urbano. A mesma lógica que justifica a canalização de benefícios públicos para valorização de áreas particulares, é a que ignora a existência de

loteamentos clandestinos e a que vigia para que tais loteamentos ocorram longe das áreas nobres da cidade.

Este trabalho pretendeu abordar o bairro Jardim Prosperidade desde o seu surgimento (1989), até os dias atuais. Porém, com o andamento da pesquisa sentiu-se a necessidade de voltar um pouco mais no tempo, para perceber as formas de gestão da especulação imobiliária organizada em Uberlândia. Nessa retrospectiva foi localizado o Sr. João Costa Azevedo, o proprietário da Fazenda Marimbondo, (futuro loteamento do Jardim Prosperidade) que veio a falecer em 1962 após anos de enfermidade. Como seu procurador, o Sr. João Costa Azevedo deixou Odilom Costa Azevedo, seu sobrinho, que há anos morava com ele na fazenda, zelando e usufruindo da terra em sua totalidade. Após o inventário, uma gleba de terra da referida fazenda foi utilizada como forma de pagamento dos honorários dos advogados que trabalharam no processo, sendo estas as que deram origem em 1989, por vias tortas, ao bairro prosperidade. Houve também a necessidade de se verificar de perto o que ocorreu em 1982, quando após muitas discussões entre os parentes ou supostos parentes de João Costa Azevedo, por muitas vezes inviabilizou-se veredicto final sobre o inventário. Alegando também terem o direito à herança em questão, essas pessoas fizeram com que o processo de inventário se arrastasse por muito tempo.

Escolhido o tema da monografia e delimitado o corte cronológico a ser abordado na pesquisa, para melhor compreender as relações entre o capital imobiliário especulativo e o poder público em Uberlândia, tornou-se necessário resgatar um pouco da história da cidade. Isso foi feito através da produção historiográfica já existente com

destaque para o “boom” demográfico que a cidade sofreu, principalmente após 1961 com a construção de Brasília, fato que possibilitou a Uberlândia uma localização estratégica. Esta necessidade de retomar um pouco a história da cidade, fez-se necessária para melhor compreendermos o grande fluxo de migrantes, que aqui chegam todos os dias atraídos principalmente por empregos, por uma vaga na universidade, pela pujança do comércio, ou ainda, simplesmente pela ilusão de que vão encontrar uma cidade desprovida de problemas sociais e aqui realizar os seus sonhos.

A minha escolha pela história local, das lutas, das resistências e do cotidiano das pessoas do bairro Jardim Prosperidade, visa também tornar clara a questão da luta de classes tão presente em Uberlândia, mas que no entanto geralmente é camuflada pelo discurso oficial.

Seguindo as pistas deixadas por Berthold Brecht em “perguntas de um operário que lê”, onde o autor denunciou o fato da história mostrar apenas as ações políticas da elite, ou aquelas sugeridas por Thompson, cuja obra abriu realmente a perspectiva de se trabalhar a história vista de baixo, nesta pesquisa buscou-se, sobretudo, dar voz àquelas pessoas oprimidas, que não conseguem espaço na mídia para expor os seus problemas. Isso significa reconhecer a condição de sujeitos também daqueles que sofrem com o descaso de seus governantes, mas que mesmo assim trabalham com dignidade ainda que as atividades desenvolvidas muitas vezes ultrapassem os limites físicos humanos.

Num momento em que Uberlândia comemora os seus 111 anos e o discurso oficial das autoridades locais falam em uma cidade com 100% de água tratada, 100% de

infra-estrutura básica, esta pesquisa pretende desmistificar essa versão oficial deixando transparecer a realidade dos excluídos e contribuindo para emergir uma outra história, aquela que está longe do cenário onde é apresentado o espetáculo protagonizado pelas elites locais.

No que diz respeito à utilização das fontes, neste caso, ao longo da pesquisa foi preciso procurar estabelecer um certo convívio no meio social desta investigação, com freqüentes conversas informais sem caracterizar diretamente a ação do pesquisador. Isso tornou-se necessário para alcançar uma maior confiança por parte dos moradores. Obviamente a percepção fundamentada na própria visão de mundo do pesquisador permitiu tirar proveito dessas conversas informais, necessárias para o preenchimento de lacunas deixadas pela inexistência ou pela impossibilidade de acesso a outros tipos de documentos.

Neste caso a fonte oral foi bastante explorada, através dela pretendeu-se aqui ouvir a voz dos moradores do bairro, colocando em evidência a sua condição de sujeito. Também através dos depoimentos buscou-se posicionamento dos moradores com relação ao poder público e particularmente, no que diz respeito ao grau de compromisso com suas resistências. Nessa mesma linha buscou-se extrair respostas em relação as suas esperanças, sua consciência política, suas formas de lazer, trabalho, suas condições econômicas sua origem, enfim o seu dia a dia.

No caso da documentação escrita, diga-se de passagem bastante precária, grande parte da mesma foi produzida pelos órgãos oficiais: Prefeitura Municipal, DMAE e CEMIG. Nesses casos, as mesmas foram utilizadas com as devidas

preocupações, ou seja, problematizando até que ponto esses documentos esclarecem ou encobrem a realidade dos fatos. Obviamente outros documentos, além daqueles pertencentes aos órgãos oficiais, como as atas de reuniões da associação de moradores, (que por sinal, não é reconhecida oficialmente como órgão de representação popular devido ao fato de que o bairro é considerado ilegal pela prefeitura), atas de assembleias extraordinárias para decidirem itens de importância para os moradores também foram considerados, pelo pesquisador. Além disso uma pesquisa realizada pela UNIT em conjunto com a pastoral da juventude realizada no bairro em 1999 também foi utilizada.

Em todos esses casos ao lançarmos mão dos documentos que foram possíveis de serem acessados evitamos cometer os mesmos erros das leituras positivistas que entendem que o documento fala por si só, desconsiderando a necessidade de utilizá-los com uma visão crítica por parte do investigador.

Como este trabalho discute a questão da miséria, da desigualdade social, da má distribuição dos benefícios públicos e da especulação imobiliária em Uberlândia elegendo como objeto de pesquisa o bairro Jardim Prosperidade (que apresenta todos estes elementos, mais a agravante da ilegalidade do mesmo), sabia-se de antemão que a tarefa de buscar documentos para dar sustentação a essa pesquisa seria árdua. Como o bairro é considerado clandestino, ele nem sequer está presente nos mapas da cidade e como consequência disso a associação do bairro também não é reconhecida pela prefeitura.

A dificuldade de ter acesso à documentação do loteamento foi muito grande, pois quem a possui é a secretaria de obras da prefeitura e o ex dono da imobiliária

continental (extinta), responsável pelo loteamento e venda dos terrenos, Sr Shubert Fidales. Porém, devido aos vários processos jurídicos que vem sendo abertos, há uma grande resistência em se permitir acessá-los.

Na busca por fontes alternativas os artigos de jornais locais (O Triângulo, Correio de Uberlândia) que tratem da infra-estrutura da cidade foram muito úteis. Além dos jornais, as revistas locais foram de grande valia para tratar dos loteamentos distantes do centro urbano, bem como das estratégias de divisão da terra urbana, que é utilizada pelos especuladores urbanos como valor de reserva; e em que medida grande parte do solo urbano de Uberlândia pertence ou pertenceu a classe governante do município, como forma de especulação imobiliária.

Por último, utilizou-se do recurso da fotografia registrando a forma das casas, os postes de iluminação improvisados pelos próprios moradores, o esgoto escorrendo a “céu aberto”, as crianças indo buscar água em “pontos” comunitários (locais onde se instalam uma torneira, na própria rede de água clandestina, na rua, onde as pessoas pegam água para lavar alimentos, beber e se banhar). Cenas de um cotidiano tão sofrido quanto repetitivo.

Ao ser redigida essa manografia o trabalho ficou assim distribuído: no primeiro capítulo buscou-se conhecer como se dá a exclusão social em Uberlândia , quais são os agentes causadores desta segregação que resulta em uma cidade dividida em locais para os ricos e locais para os pobres. Nesse sentido foi abordado como atua a especulação imobiliária em Uberlândia e qual é a parcela do poder público neste quesito. Foi discutido neste capítulo o surgimento do Bairro Jardim Prosperidade,

Bairro periférico e totalmente desprovido de infra-estrutura básica, procurou-se saber como surgiu o bairro e quem são os responsáveis pelo mesmo, bem como a conivência do poder público com este tipo de Bairro na cidade. Já no segundo capítulo o enfoque maior foi dado as dificuldades enfrentadas pelos moradores, suas lutas suas formas de resistência enfim o seu cotidiano.

Capítulo 1-

Da necessidade de moradia à especulação imobiliária: o surgimento de um bairro periférico.

A especulação imobiliária é um fator presente nos centros urbanos de porte médio a grande, e fator desencadeador de grandes diferenças sociais, como a concentração do solo urbano nas mãos de poucas pessoas, em geral da elite dominante ideologicamente, politicamente e culturalmente. Este solo urbano é usado como valor de reserva e também como expressão do poderio político de seus detentores; portanto, o solo urbano se transforma em uma mercadoria altamente lucrativa e economicamente disputada.

Uberlândia por ser uma cidade polo regional, atrai migrantes de todas as partes do país, fato que acarreta o seu inchaço demográfico. Esta migração foi acelerada principalmente à partir da década de 1960, aos poucos a cidade foi se tornando uma expressão nacional, tida como uma cidade desenvolvimentista e em plena expansão. Porém as diferenças sociais também cresceram proporcionalmente conforme assinala Nízia Maria Alvarenga, como no resto do país esta expansão se deu obedecendo as leis de maior lucratividade do capital imobiliário.¹

Neste sentido, Uberlândia, como outras cidades de porte médio a grande, acabam se tornando um verdadeiro filão onde o capital imobiliário especulativo impera à solta lucrando muito alto com vendas de terrenos distantes dos centros urbanos, justamente para a população de baixa renda, que geralmente são os migrantes, que

¹ ALVARENGA., Nízia Maria. *“Movimento Popular, Democracia Participativa e Poder Político Local: Uberlândia 1983/88; In: Revista História e Perspectivas*, 4: 103-129, An/Jun. 1991.

chegam na cidade em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Ocorre que esses migrantes por muitas vezes se deparam com uma triste realidade; a dificuldade de se conseguir um emprego, e o alto preço dos imóveis , tanto para alugar como para comprar, o que força esta população a morar nas periferias da cidade, fato que dificulta a sobrevivência devido a pouca assistência de benefícios públicos, tais como: transporte, escola, policiamento, postos de saúde etc. A dificuldade de se conseguir emprego perto de casa obriga essas pessoas a percorrerem grandes distâncias causando um duplo desgaste físico.

Produtos da especulação imobiliária nas grandes cidades, os bairros periféricos são os preferidos para os loteamentos mais externos aos centros urbanos, e são abertos justamente para valorizar outras áreas de acordo com os interesses especulativos , são nestes bairros periféricos , que mora a população economicamente e politicamente menos favorecida, e por isto não possui as mesmas condições para lutar por seus direitos.

Em Uberlândia a separação social não é visível apenas pelas distâncias dos bairros pobres, já que mesmo alguns bairros considerados nobres, da cidade, se encontram distantes do centro comercial da cidade. O que realmente determina a separação social em Uberlândia é a má distribuição dos benefícios públicos. Outro exemplo de segregação espacial do solo urbano de Uberlândia, é a própria da metragem dos terrenos, visto que os lotes que são localizados em áreas eleitas por interesses como nobres, medem em média $450m^2$ e as construções nos mesmos não podem ser inferior à 90m além de não poder ter mais de dois pavimentos quando destinado à bairro

exclusivamente residencial. Nestes loteamentos toda a infra estrutura já é previamente colocada, antes mesmo de se Ter no local qualquer construção. Independente da distância do centro da cidade, ou das dificuldades de escoamento do esgoto, por exemplo, no caso de não haver córrego ou Rio que possa servir de emissário dos esgotos provenientes destes bairros, são utilizadas bombas para efetuar o escoamento. Já as áreas que não oferecem grande valor de mercado, são destinadas aos loteamentos populares. Nestes os terrenos são bem menores no tamanho, são de medida $250m^2$ quase a metade da medida dos terrenos em áreas nobres. Tais loteamentos são vendidos à população geralmente sem benefícios públicos necessários para a vida em um centro urbano, como: asfalto, água, luz, transporte coletivo etc. Esses melhoramentos só chegam a estes bairros após muitas lutas dos moradores, e também de muitas eleições, onde poucos recursos são distribuídos à título de campanha eleitoral. Diante deste mercado altamente seletivo vê-se claramente em Uberlândia o local dos ricos e o local dos pobres, desta maneira a especulação imobiliária contribui e alia-se à expropriação da mão de obra, na medida que “confina” os trabalhadores em determinados bairros da cidade, favorecendo assim as indústrias o comércio e os atacadistas da cidade, que a exemplo do Martins, Arcom entre outros buscam nestes bairros com itinerários fixos em ônibus próprios a mão de obra barata que precisam para o seu funcionamento.

Esta exclusão social visível em Uberlândia, aliada ao crescimento da população pobre na cidade, traz conseqüências que ameaçam a ordem pública na medida em que as pessoas que aqui chegam não assimilam a ideologia dominante presente no discurso oficial que prega a ordem, a disciplina, e vincula o desenvolvimento de Uberlândia à

índole passiva ordeira e trabalhadora do povo de Uberlândia. Neste sentido Maria Clara Tomaz escreve:

*“ Por ser uma cidade polo da região com reconhecimento nacional e internacional, Uberlândia tem nas décadas de 60 e 70 o seu momento de intenso progresso, motivado pelo milagre econômico Brasileiro. A cidade se expandiu, urbanizou-se, industrializou-se e dobrou o seu crescimento demográfico. Com isso vieram também os problemas comuns a qualquer cidade desenvolvimentista e progressista, que são o desemprego, as favelas, os meninos de rua; desigualdades sociais cada vez mais presentes, fazendo com que a imagem da cidade “ordeira e progressista” ficasse ameaçada.”*²

Apesar do discurso oficial dizer que não há pobreza em Uberlândia, ela é visível , e o mais grave é que apesar de não receber nenhuma atenção por parte da mídia local existem bairros na cidade que não tem sequer água potável para a população, como é o caso do bairro prosperidade, bairro que está fora das estatísticas que colocam Uberlândia como uma das únicas cidades do Brasil totalmente servida de água potável. Este bairro não aparece sequer no mapa da cidade, muito menos nas campanhas contra a dengue, embora o bairro possa ser um grande foco da doença , pois em época de chuva a água empossa nas ruas não pavimentadas, e propicia a proliferação do mosquito transmissor.

² MACHADO, M.^a Clara Tomaz. *“Muito Aquém do Paraíso: ordem Progresso e disciplina em Uberlândia*, In: **Revista História e Perspectiva**. Udi: UFU, nº 4, 1991.

A história do Bairro Jardim Prosperidade tem início com a morte do Sr. João Costa Azevedo, então proprietário da fazenda marimbondo, localizada próxima a área urbana de Uberlândia. Após uma complicada discussão judicial sobre o inventário, surgiu em 1989, os terrenos começaram a serem loteados e vendidos para a população sem qualquer infra-estrutura.

O bairro Jardim Prosperidade, está situado ao lado do bairro Dom Almir, bairro cuja área faz parte do mesmo espólio, João Costa Azevedo, (Fazenda Marimbondo).³

O Sr João Costa Azevedo, falecera no dia 22 de Setembro de 1962, com 95 anos de idade no estado civil de solteiro, deixando como inventariante Odilom Costa Azevedo e sua esposa Olinda Batista Azevedo, sendo que o Sr. Odilom era sobrinho do Sr João Costa Azevedo e por muitos anos cuidou do tio doente, e também das terras exercendo a plenitude da posse em questão.

No dia 30 de Abril de 1982, foi requerida a abertura do processo de inventário, pelo inventariante para que pudesse partilhar entre seus parentes e herdeiros legítimos o bem, pelo qual ele estava legalmente zelando. O bem a ser partilhado, era uma gleba rural conhecida por fazenda Marimbondo.

“Assim, tem-se como autor João Costa Azevedo, então proprietário da fazenda Marimbondo com 145.200ha, ou seja trinta alqueires, para que os direitos sobre ela sejam partilhados em quatro partes iguais, destinadas cada uma das partes a um irmão seu, que por

³ A fazenda marimbondo está localizada na periferia de Uberlândia sofreu processo de inventário após a morte de seu dono, o Sr. João Costa Azevedo. Conforme processo n 702 960131903.

*sua vez partilha-se á com suas proles e subproles, e quando for o caso por seus sucessores”.*⁴

Portanto a área do espólio João Costa Azevedo compreende as áreas dos bairros Dom Almir e Jardim Prosperidade. No bairro Dom Almir, houve muitas invasões, o que levou a prefeitura a construir prédios públicos para não perder a posse definitiva do terreno, pois a prefeitura de Uberlândia também era herdeira sucessora do espólio, conforme o referido processo .⁵

*“A área de aproximadamente 150 mil metros quadrados, que compreende o bairro Jardim Prosperidade foi adquirido pelo advogado Shubert Silva Fidales, em 1982, o advogado presta serviço para os herdeiros do espólio João Costa Azevedo, que em pagamento dos honorários cederam parte do terreno, sendo que seu restante foi adquirido através da compra. Ainda hoje, Fidales atende aos interesses dos herdeiros. A área total do espólio é de cerca de 1,5 milhão de metros quadrados, de acordo com a secretaria municipal de obras, e boa parte dela gera problema de moradia”.*⁶

Segundo Shubert, em entrevista para o jornal correio de Uberlândia, o problema da venda dos terrenos sem aprovação da prefeitura municipal surgiu em 1989, quando ocorreu uma invasão de 40% da área do espólio.

⁴ Citação de parte do processo de inventário do espólio João Costa Azevedo.

⁵ Processo número 702960131903 que trata das questões referentes ao espólio João Costa Azevedo. (fazenda Marimbondo)

⁶ Advogado adquiriu área há 14 anos- jornal correio de Uberlândia 29/05/96

“Para não causar problemas, propusemos a compra dos lotes, pois havia o pensamento da prefeitura de desapropriar a área e assentar os invasores”.⁷

Quando o Sr João Costa Azevedo ainda era vivo ele certamente não imaginou o número de pessoas que ao invés de beneficiadas com sua herança, seriam prejudicadas por pessoas inescrupulosas.

O que aconteceu com os compradores dos lotes do Jardim Prosperidade, não é inédito, freqüentemente surgem especuladores que aproveitam muitas vezes da falta de informação de pessoas simples, honestas e trabalhadores e lhes vendem terrenos sem qualquer infra-estrutura e ainda com preço exorbitante, visto que geralmente os terrenos são vendidos à prestação o que torna o preço final um absurdo. Essas são situações que muitas vezes privam o trabalhador até da comida, pois para pagar o terreno ele tem que dispor de praticamente todo o salário (que por sinal é muito pouco), pois a maioria dos trabalhadores, são serventes, trabalhadores braçais, pedreiros não muito especializados, garis, catadores de papel e ferro etc.

A grande maioria dos bairros pobres é resultado da falta de controle e fiscalização do uso, parcelamento e apropriação do solo urbano, que permitiu aos promotores imobiliários lançarem loteamentos distantes e completamente desprovidos de equipamentos urbanos, restando aos próprios moradores lutarem por tais melhoramentos.

⁷ Advogado adquiriu terreno há 14 anos - declaração de Shubert Fidales dono da imobiliária continental - jornal Correio de Uberlândia 29/05/96

Loteamentos como o Jardim Prosperidade, ou seja, em periferia e sem infraestrutura básica, é bastante comum em Uberlândia, pois a prática da elite dominante da cidade consiste em expulsar as classes sociais mais baixas para as periferias da cidade. Assim que a área onde eles se encontram recebe serviços e equipamentos urbanos, como escola pública, praça pública, abastecimento de água, pavimentação, etc. Ocorre a elevação do valor da terra, de forma especulativa e, conseqüentemente, a segregação social. Segundo Beatriz Ribeiro Soares.

“No início do século XX Uberabinha recebe vários serviços e equipamentos urbanos: escola pública estação telegráfica, praça pública, abastecimento de água potável, calçamento da avenida comercial, cadeia; além de existirem ali dois jornais. O espaçamento urbano de Uberabinha passa então a apresentar uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais, com a expulsão da população de baixa renda das áreas mais centrais”.⁸

O espaço urbano de Uberlândia, portanto, passa ser estratificado em termos de classes, com a instalação de equipamentos coletivos.

A partir da década de 20 as modificações causadas pelos novos equipamentos públicos surtiram efeitos e Uberabinha começou a ter um crescimento populacional intenso, fato que impôs-lhe novas necessidades: a de expandir o seu território urbano foi uma das mais importantes, pois a medida que a cidade crescia as chácaras e sítios

⁸SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia*. Tese de mestrado. São Paulo, USP, 1988. 222 p.

localizados nos limites da zona rural, foram aos poucos sendo incorporadas ao espaço urbano da cidade formando novos bairros. Segundo Corrêa "os proprietários de terras atuam no sentido de obterem maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais valorizado, especialmente o uso comercial ou residencial.⁹ O processo de ocupação das periferias de Uberlândia, no início, segundo Ana Beatriz Soares visou, "*acompanhar principalmente a localização das indústrias e da estação ferroviária*".¹⁰

Neste sentido a indústria de Uberlândia bem como a ferrovia que aqui se instalou colaboram com a segregação social na medida que construíam bairros operários perto de sua sede, com isto conseguia com que os trabalhadores se fixassem no local, tornando mais fácil e seguro para o empresário resolver o problema da mão de obra que na época era escassa. Por outro lado, o trabalhador se tornava dócil e obediente pois sentia-se seguro por ter um lugar para morar e trabalho garantido perto de casa; esta forma de habitação adaptava-se fielmente ao sistema capitalista assegurando a mão de obra barata e o lucro, definido e separando cada vez mais as classes sociais.

Por outro lado, o poder público municipal nada tem feito para humanizar e melhor distribuir os benefícios públicos, na medida em que nada faz para conter a abertura de loteamentos quase desprovidos de infra-estrutura. Neste sentido Soares coloca que cabe ao poder público distribuir os benefícios públicos de forma a atender

⁹CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*, Editora ática, São Paulo, 1989, p. 16.

¹⁰ SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia, tese de mestrado*, São Paulo, USP, 1988, p 86.

toda a população, porém o que ocorre é o beneficiamento por parte deste poder público aos agentes imobiliários.

“ao poder público coube, desde a fundação do arraial, o papel de gerar condições para a expansão da cidade. Sua atuação, entretanto, privilegiou a classe dominante por doação de terrenos, por provimento de infra-estrutura, ou por insenção de impostos para cada novo investimento. Esse comportamento resultou na produção de um espaço urbano multifacetado, com áreas urbanizadas entremeadas de espaços vazios, facilitando o processo de estratificação social e incentivando a especulação imobiliária”.¹¹

A empresa imobiliária, desta forma teve uma grande participação na segregação espacial do solo urbano de Uberlândia na medida em que elegeu esta ou aquela área para implantar investimentos, propiciando ao solo urbano novos valores, ao mesmo tempo que uma área digamos “eleita” como nobre e digna de receber investimentos era rapidamente valorizada e ali se construíam mansões, bairros nobres, ao passo que as áreas destinadas à população de baixa renda não recebiam melhoramentos e por isto eram mais baratas e portanto acessível a classe de baixa renda nesses terrenos edificaram-se cortiços, colônias e casebres.

A prática da empresa imobiliária de Uberlândia, de propriedade de Tubal Vilela da Silva, fazia claramente esta segregação social e espacial em Uberlândia, exemplo

¹¹ SOARES, Beatriz Ribeiro. - *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia* ,tese de mestrado. São Paulo, USP. 1988, p 82.

disto é o anúncio que esta imobiliária colocou no jornal local de 1936, anunciando a venda de terrenos na então Vila Brasil, que estava dividida em duas, bairro residencial e bairro industrial. Este anúncio dizia que os terrenos eram muito baratos e acessíveis, no entanto, sabe-se que a classe operária de Uberlândia durante o período de existência da imobiliária não tinha condições de comprar ou alugar uma casa própria por intermédio da mesma, a não ser por meio de longos financiamentos.

Este empresário foi o pioneiro a usar a terra como valor de reserva para fins eleitoreiros, visto que a sua imobiliária comercializava principalmente com a classe de baixa renda da cidade, para os quais financiava lotes e casas a preços módicos. Durante 16 anos, a partir de 1936, a imobiliária vendeu desta forma mais de 30 mil lotes e construiu aproximadamente 1000 casas residenciais. Tal fato aumentou consideravelmente a área urbana da cidade. O então proprietário da imobiliária, que colocava nos jornais locais da época anúncios de terrenos baratos, acabou sendo eleito para prefeito da cidade em 1950; ¹²este fato vem atestar que em Uberlândia o poder privado e o poder público se confundem a muito tempo.

Durante a época em que a empresa imobiliária de Uberlândia agia só na cidade o crescimento da cidade.

“ocorreu neste período, sem nenhum planejamento, desordenadamente.

A maioria de seus bairros nasceu ao 'acaso', fruto da especulação imobiliária. Foram ocupados não por sua melhor localização e infra

¹²SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia*, tese de mestrado. São Paulo, USP, 1988 p.114.

estrutura e sim porque os lotes eram vendidos com mais facilidades, portanto mais acessíveis ao poder aquisitivo da população existente.¹³

A expansão do espaço de Uberlândia ainda hoje se dá de forma desordenada obedecendo às leis do capital imobiliário que é unicamente o lucro, não obedecendo critérios de melhor localização, e melhor acesso aos mecanismos e equipamentos públicos para a população adquirente.

A migração para Uberlândia não é algo recente, já na década de 40 jornais da época como o jornal A tribuna de 06 de março de 1949, falava da grande migração que aumentava a população da cidade e a demanda por imóveis; “a migração aqui é uma coisa estonteante todo mundo parece que deseja fixar nesta cidade crescente cujas possibilidades de futuro garantido são evidências sedutoras”,¹⁴ já nesta época o processo de migração para Uberlândia contribuiu para que houvesse especulação no preço dos imóveis e aluguéis, este fato dificultava muito a vida dos trabalhadores da cidade da época.

Segundo Ana Beatriz Soares “em 1940 a cidade contava com 7.000 lotes para uma população de 21.077 habitantes; em 1958 este número alcançava 28.271 lotes para de terras, que coincidentemente” faziam parte da elite dirigente da cidade buscavam no discurso do progresso e crescimento da cidade, “respaldo junto a opinião pública para

¹³SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e formação do espaço urbano em Uberlândia*, tese de mestrado, São Paulo, USP, 1988, p. 115.

¹⁴ Idem p. 117

a abertura de novos loteamentos.”¹⁵ Já na década de 40 a preocupação em urbanizar a cidade estava principalmente atrelada aos interesses políticos e econômicos dos proprietários das terras e não na qualidade de vida de seus habitantes.

A partir da década de 60 com a implantação do parque industrial de Uberlândia, a cidade gerou mais emprego, fato que não melhorou a vida do trabalhador, pois conseqüentemente, atraiu um grande número de migrantes, que vinham de cidades vizinhas e zona rural, que sofriam processos de degeneração e desemprego, devido a mecanização e a concentração de suas terras nas mãos dos grandes latifundiários. Inversamente, a cidade oferecia equipamentos como escola pública, saúde, e emprego fato que atraía esta população rural engrossando a mão de obra barata e ainda acirrando a disputa por moradia, tornando a situação favorável a especulação imobiliária e o acúmulo de capital.

Já na década de 70 Soares assinala que:

“Não há mais como esconder as contradições sociais que se apresentam no urbano de Uberlândia. Nem mesmo os meios de comunicação conseguem passar a imagem da ‘cidade jardim, rica, limpa, sem problemas’, pois as favelas proliferavam, as periferias se expandiam em todos os sentidos da cidade. Porém ao mesmo tempo, foram construídos

¹⁵ SOARES, Beatriz Ribeiro . Habitação e formação do espaço urbano em Uberlândia. tese de mestrado, São Paulo, USP, 1988, p.118.

pelo poder público grandes avenidas, áreas de lazer, etc., como forma de mascarar a realidade existente.”¹⁶

Além do poder público municipal a segregação social e espacial se dá em uma esfera maior, através do Estado que é responsável por uma boa parte das condições gerais para a reprodução da força de trabalho. Desempenha também importante papel na determinação do uso do solo urbano, juntamente com os agentes do mercado imobiliário, na medida que faz com que esta ou aquela área seja mais valorizada; exemplo disso podemos citar a criação dos distritos industriais, em todas as cidades de grande e médio porte com o incentivo do BDMG, tal fato fez com que áreas próximas a estes distritos fossem valorizadas, incentivando a especulação imobiliária, e elevando o valor da área. Ficando uma grande parte da população da cidade impossibilitada do acesso a estas áreas, nos terrenos mais caros e melhor localizados são construídas as mansões, nos terrenos mais baratos são construídos os casebres, geralmente distantes das áreas centrais da cidade, com isto a segregação espacial e social se torna bastante visível: os “pobres” na periferia e os “ricos” nas áreas nobres da cidade. Neste sentido Lobato coloca:

"O distrito industrial, de localização periférica, resulta de uma ação do Estado visando, através da socialização de vários fatores de produção como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia; e, de acordo com interesses de outros agentes sociais, como proprietários

¹⁶SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço urbano em Uberlândia*. tese de mestrado. São Paulo, USP, 1988, p.123.

fundiários e industriais, criar economias de aglomeração para atividades de produção industrial.”¹⁷

A incorporação de áreas agrícolas às cidades pelos promotores imobiliários é bastante freqüente em Uberlândia. Tais áreas possibilitam fácil venda dos terrenos, pois a demanda é muito grande, visto que a classe trabalhadora é pobre e bastante grande, e é somente nestas áreas distantes do centro comercial da cidade que ela pode comprar um terreno. Na verdade, não se trata de um terreno barato, a imobiliária compra alguma gleba de terra, distante do centro urbano pertencente ainda à zona rural da cidade, e em pouco tempo faz o arruamento deste local e começa uma campanha junto a mídia local, efetuando em pouco tempo a venda dos terrenos, empurrando para estas áreas distantes de seu local de trabalho, a classe trabalhadora. Estes terrenos são um pouco mais baratos por serem, além de distantes dos centros comerciais, desprovidos de infra estrutura, transporte, creche, escola etc. Porém a medida que estes moradores conseguem através de muita luta tais benefícios, ocorre a valorização dos terrenos, e mais uma vez há a interferência do capital imobiliário que de olho na possibilidade de comprar as casas devido a valorização das mesmas, exerce pressão naqueles moradores que muitas vezes não são capazes de bancar a implantação de serviços de infra estrutura, estes são novamente deslocados para locais mais longe dos centros urbanos, reiniciando-se assim o processo de ocupação do solo urbano, que se adequa à lógica capitalista, onde o capital gera mais capital.

¹⁷ CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*, ática, São Paulo, 1989, p.56.

No bairro Jardim Prosperidade a maioria das casas são edificadas pela auto construção por seus moradores. A auto construção consiste em um processo pelo qual os trabalhadores, com suas famílias, constróem suas casas em terrenos próprios, nas horas de folga e finais de semana. Este processo, porém, se torna uma espécie de prisão para a família pois ele priva a família de momentos de lazer por falta de tempo, além de tornar oneroso privando a família de itens necessários na alimentação por exemplo, já que se prioriza a compra de materiais de construção. Além disso, como este trabalho não é pago ele acaba contribuindo assim para a exploração da força de trabalho. O processo de auto construção é antes de tudo, a forma encontrada pela classe trabalhadora para conseguir a casa própria. A habitação resultante desse processo se produz por trabalho não pago fato que explora o trabalhador fora de seu trabalho remunerado. Desta forma o trabalhador contribui ainda mais com a expansão da economia de mercado. Neste processo , o trabalhador vai comprando e estocando os materiais em casa, e nos finais de semana toda a família trabalha na construção da casa . Os materiais estocados são comprados com venda de férias, acertos de (FGTS) , horas extras, bicos e biscates. Trata-se de um processo que leva muito tempo , muitas famílias levam anos a fio trabalhando e construindo sem conseguir terminar a casa. O processo de auto construção se adequa perfeitamente a lógica capitalista, na medida que transfere a responsabilidade de construção de moradia para o próprio trabalhador , que por sua vez fica preso ao trabalho pois está sempre necessitando de dinheiro para aplicar na construção.



Residências do Bairro Jardim Prosperidade quase todas erguidas pelo processo de auto construção e todas inacabadas.

O que se vê hoje no Jardim Prosperidade são casas não concluídas; as paredes não são rebocadas, os telhados são provisórios, de folhas de zinco ou telhas de amianto, as esquadrias não são pintadas e não tem vidros, o chão da casa só recebe o contra piso em cimento grosso, ou vermelho. Nestas situações, estas moradias encontram-se em condições impróprias de uso, ou são muito frias ou muito quentes variando de acordo com as estações, contam ainda com problemas de goteiras, de má ventilação e iluminação precária, dão uma sensação de desconforto aos moradores, além de aumentar a possibilidade de doenças respiratórias como a bronquite, principalmente nas crianças.

Durante muitos anos o poder público municipal permitiu a abertura de loteamentos como o jardim prosperidade, e não havia nenhuma preocupação em controlar o uso do solo urbano de maneira ordenada, sendo que com o atual plano diretor de Uberlândia houve a preocupação formal em melhor utilizar o solo urbano.

As primeiras discussões para o plano diretor atual de Uberlândia aconteceram durante o mandato de Virgílio Galassi de 1990 a 1994. E em 27 de abril de 1994 foi criado o plano diretor que funcionou como instrumento básico do processo de planejamento municipal que determina as diretrizes para a implantação de políticas de desenvolvimento urbano. O plano diretor trata do desenvolvimento econômico, eixos de estruturação urbana, onde é definido os corredores viários da cidade, infra-estrutura que garante o abastecimento de água para a população, além de criar mecanismos e incentivos ao acesso à habitação, saúde e educação.

O plano diretor traça diretrizes, que exigem do loteador que entregue juntamente com as habitações, os equipamentos sociais de saúde, escola, creche de acordo com a demanda gerada pelo loteamento.

Antes da concretização do plano diretor, a cidade permitiu a formação de vários bairros desprovidos de infra estrutura como, Shopping Park, bairro Morumbi, Dom Almir, jardim Prosperidade, criados sem infra-estrutura básica necessária, que só vai chegando aos poucos com as conquistas dos moradores, ou para atender interesses econômicos de alguns setores, como o de transporte por exemplo, devido ao grande número de passageiros. Com relação a estes bairros, Lobato destaca:

*"Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para ai se desloca, não há interesse desses proprietários em se tornarem promotores imobiliários. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de auto construção ou pelo estado."*¹⁸

Além de proibir a criação de loteamentos fora do perímetro urbano, o plano diretor que foi idealizado pela prefeitura municipal e com vida útil prevista para quinze anos, incentiva a construção nos "vazios urbanos"

"A construção de cinturões de casas populares de classe média baixa, desfigura a cidade. Politicamente acho que a prefeitura não se preocupa muito em assegurar esta construção. São construídos loteamentos em todos os quadrantes da cidade, em pontos distantes e

¹⁸ CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*, Editora Ática, São Paulo, 1989, p. 19.

*sem infra estrutura adequada, visando só o lucro. Acho que a prefeitura deveria estar mais presente e evitando que isso aconteça”.*¹⁹

Esta é a opinião do diretor da Multi, uma grande imobiliária da cidade, que acredita que o número excessivo de lotes vazios prejudique as imobiliárias a medida que a grande oferta diminua o preço do imóvel.

Essas construções de bairros periféricos em áreas agrícolas geram o "vazios urbanos," que também podem ser definidos como valor de reserva que são exatamente as áreas desocupadas que ficam esperando a valorização. Os vazios urbanos consistem nos lotes vagos existentes na cidade, lotes isolados, mais principalmente aquelas áreas intermediárias entre o centro comercial e os bairros periféricos. Segundo Lobato²⁰ estas áreas são deixadas propositadamente a espera de valorização, enquanto o bairro periférico recebe benefícios públicos seja por pressões ou por iniciativa própria, aquela área intermediária em relação ao centro e o bairro vai se beneficiando dos melhoramentos empregados no bairro. Neste sentido Lobato destaca:

*"...isto gera nova valorização fundiária, atingindo inclusive os terrenos reservados pelos antigos proprietários fundiários, muitos deles intencionalmente situados entre os loteamentos e o espaço urbano contínuo"*²¹.

¹⁹ Jornal o triângulo 09/06/96, *caderno cidades*, entrevista com Cicero Heraldo dono da Imobiliária Multi.

²⁰ CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*, São Paulo, Editora Ática, 1989, P23.

²¹ Idem p. 23 a 24.

De acordo com Cícero Heraldo diretor da Multi Imobiliária, em entrevista cedida ao jornal correio de Uberlândia," Uberlândia tem hoje 80 mil ternos vazios. O numero assustador por si só, causa ainda maior estranheza quando comparado ao total de terrenos edificados existentes na cidade, da ordem de 101 mil. Os dados provenientes do cadastro da secretaria da fazenda, significam que quase outra Uberlândia poderia ser levantada dentro da cidade, que demorou 104 anos para chegar ao seu tamanho atual."²²

O fato da existência de tantos lotes vagos se dá pela especulação imobiliária, muita gente ganha muito dinheiro loteando grandes áreas , ainda que não haja demanda imediata para tal volume de lotes.

Se de um lado os especuladores imobiliários ganham muito dinheiro, lançando grandes loteamentos, do outro lado quem perde e a população de uma forma geral, pois estes vazios urbanos oneram os custos do serviço público. É comum em Uberlândia caminhões que recolhem lixo andarem três, quatro quarteirões sem beneficiar um único morador, há também a necessidade de construção de infraestrutura como: canalização de água, energia elétrica, esgoto etc. gerando elevados custos para o poder público municipal , que por sua vez repassa estes custos para a população.

Estes vazios urbanos trazem outros sérios problemas para a população da cidade, como a proliferação de insetos e o acúmulo de lixo. A maioria dos lotes vagos na cidade estão estrategicamente reservado por seus donos, aguardando uma maior valorização, porém enquanto aguardam uma maior valorização os donos destes terrenos

²² Jornal correio de Uberlândia, *caderno cidades* , 07/12/93, Vazios urbanos.

não providenciam limpeza, cercamento e calçadas, o que obriga a população a conviver com este tipo de problema, pois o poder público nada faz no sentido de amenizar esta situação. Como já foi visto, os representantes do poder público municipal são grandes especuladores imobiliários. Com tudo isso quem sofre é a população que freqüentemente convive com o mal cheiro provocado por lixo orgânico que é jogado indiscriminadamente nestes lotes vazios, e com o grande número de animais e insetos peçonhentos como: cobras, escorpiões e baratas.

No caso do Bairro Jardim Prosperidade, segundo o secretário de obras Sr. Manoel Rispoli a secretaria de obras nada pode fazer para o bairro, pois o mesmo está sob judicie, e enquanto não legalizar a área o loteamento continuará irregular;

"Não podemos nem passar uma máquina lá porque se passarmos uma máquina naquelas ruas nós vamos arrancar fios e mangueiras de ligação de água e energia clandestinos".²³

De acordo com o Sr. Manuel Rispoli , o Sr.Shubert Fidales Reis ,dono da extinta imobiliária continental , responsável pela venda dos lotes , havia entrado com o processo legal na prefeitura para abrir o loteamento, porém, o que ocorreu foi que após o inventario concluído, apareceram pessoas que não foram beneficiadas com a herança e apresentaram documentos provando que também eram herdeiros e entraram na justiça reivindicado a reintegração de posse. Como grande parte da área do espolio já havia sido

²³ Entrevista com o Sr. Manoel Ríspoli secretário de Obras de Uberlândia realizada em 10/11/99

loteada, antes da suspensão da conclusão do primeiro inventário, o processo de reintegração de posse tramita na justiça há muitos anos.

O Sr. Shubert Fidales já sofreu uma condenação de 3 anos, porém nada lhe ocorreu, nunca pagou fiança e nunca ficou preso, pois o mesmo recorreu das sentenças e o processo que o punia está arquivado.

Tudo isso só vem a confirmar a impunidade aos especuladores imobiliários. Quando eu falei ao Sr. Manuel Rispoli que a maioria das pessoas eram migrantes, ele falou que então eles deviam voltar para a cidade deles, e a prefeitura passava a máquina e limpava a cidade, porque lugares como aquele enfeiam a cidade.

Nas palavras duras e frias do secretário municipal de obras do município se vê o total descaso do poder público municipal com relação a população do bairro Jardim Prosperidade.

Várias vezes a secretaria de obras foi procurada pelos moradores do bairro seja individualmente ou pela representação do bairro (AM) , porém as suas reivindicações nunca foram ouvidas. Recebem sempre a mesma resposta do referido órgão “não podemos fazer nada ate que a situação do bairro se defina judicialmente”. Neste sentido, no entendimento do secretário, os moradores do bairro não são bem vindos à cidade, seriam se eles fossem ricos, mas como são pobres, apesar de serem trabalhadores eles contradizem o discurso oficial que propagandeia uma cidade limpa, rica e ordeira, estas pessoas, que reivindicam apenas o seus direitos através de resistência seja individual ou coletiva, não são bem acolhidas e muitos menos assistidas em suas necessidades pelo poder público.

"Já procuramos a secretaria de obras, mas eles dizem que não tem a menor responsabilidade com o local. Para a prefeitura, nos não existimos".²⁴

A secretaria de planejamento e habitação , através do secretário Lione Gargalhoni Tannus, também em entrevista ao jornal correio de Uberlândia,²⁵ disse que a secretaria nada pode fazer com relação ao bairro jogando a responsabilidade para a imobiliária. Ele foi feito sem autorização . afirmou o secretário se referindo ao bairro.

Segundo o atual secretário do município o Sr. Manoel Roberto Rispoli Alves, situação do bairro continua ilegal, disse inclusive que já saiu da alçada da secretaria municipal de obras qualquer ação referente ao bairro, pois o bairro esta sob judicie, e enquanto não for regularizado de acordo com a lei nada será feito .

Passados nove anos do surgimento do bairro o mesmo continua irregular, a prefeitura alega que a área na qual foi feita o loteamento esta sob judicie e nada pode ser feito ate resolver a questão. Trata-se de loteamento que começou em condições de clandestinidade, com a venda de lotes antes da respectiva aprovação pela prefeitura municipal. Posteriormente e que foi requerida a aprovação do loteamento. Na análise da documentação apresentada constatou-se que não havia definição de titular de domínio, uma vez que a área estava em processo de inventário e partilha de bens da gleba que pertenceu a João Costa Azevedo, onde se pretendia lotear. Sem definição de proprietário

²⁴Jornal correio de Uberlândia, *caderno cidades*, 29/05/96 Moradores do bairro Jardim Prosperidade querem infra estrutura. depoimento da moradora Adriana Gonçalves.

²⁵Jornal correio de Uberlândia, *caderno cidades*, 30/04/95, *entrevista com o secretário municipal de obras Lione Gargalhoni*

não há como aprovar um loteamento, pois não haveria quem assumisse os compromissos e obrigações que a lei impõe ao loteador, afirma a voz oficial.

A prefeitura municipal desde esta época da formação do bairro tem se posicionado através de representação junto ao ministério publico e também por autos de infração por venda ilegal de lotes e embargo de construções irregulares e ainda, com indeferimentos de pedidos de aprovações e construções.

Apesar da prefeitura através da secretaria de obras dizer que está pressionando os loteadores para que regularizem a situação do bairro, ela o faz sem veemência , deixando que o processo se prolongue por muitos anos sem se preocupar em reparar o mal que os processos burocráticos produzem para a população. Neste sentido, o poder público municipal deixa claramente de cumprir o seu papel que é zelar pelos direitos à cidadania da população, assegurando-lhes equipamentos públicos que garantam uma vida mais digna no meio urbano.

Capítulo 2

Os moradores no seu cotidiano: carências, dificuldades e formas de resistência.

A maioria dos moradores do bairro Jardim Prosperidade é constituída por migrantes, vindos principalmente do norte de Minas e do nordeste do país, outra grande parcela é proveniente de cidades vizinhas a Uberlândia. Eles chegam a Uberlândia sem dinheiro algum ou com pouco dinheiro, mas com muita expectativa de trabalhar e dar uma vida melhor para a família. São pessoas pobres, muitas analfabetas, o que os tornam vulneráveis aos oportunistas.

Por ser um loteamento distante do centro urbano da cidade e desprovido de infraestrutura, isso facilitou para que muitas pessoas conseguissem comprar os seus terrenos, no Jardim Prosperidade mas poucas pagaram à vista a grande maioria comprou à prestação de 04 a 08 anos para pagar, este foi o caso de Eli José Andrade, que comprou o seu lote a prestação. Segundo Eli José Andrade ele comprou o seu terreno junto a imobiliária para pagar em 04 anos mas desistiu de pagar porque as promessas feitas no ato da venda não foram cumpridas.

*"Eu comprei este terreno em 1991 , porque eu e minha esposa gostamos do local. Uma coisa que eu não gostei a princípio foi que não tinha energia, mas o corretor disse que em 90 dias toda a infraestrutura do bairro estaria pronta"*²⁶

²⁶ Entrevista com o Morador Eli José Andrade, realizada em 23/11/99

São vários os moradores que confirmaram que a imobiliária, para efetuar a venda dos terrenos, fazia sempre esta mesma promessa.

A maioria dos terrenos foi vendido entre 1989 a 1990, quando a imobiliária ainda estava fazendo o arruamento.

Um fator que eleva as dificuldades das famílias do bairro é o fato da existência grande número de crianças em cada família. De acordo com um levantamento feito pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, em parceria com a pastoral da criança e ação da cidadania, realizado no bairro jardim prosperidade durante o mês de maio de 1999, na maioria das casas do bairro moram famílias que têm de 06 a 11 filhos para agravar mais a situação, segundo dados divulgados pelo jornal correio de Uberlândia 40% das famílias entrevistadas todos os elementos estão desempregados, nas restantes, apenas um membro de cada família estava trabalhando, com renda média de R\$ 100,00 mensais.²⁷

São vários fatores que atrapalham muito essas pessoas para conseguirem um emprego: É a falta de qualificação que o mercado exige, a dificuldade de locomoção, pois o bairro é muito afastado do centro inviabilizando a busca por emprego pois muitos não têm sequer uma bicicleta e muito menos dinheiro para os transportes coletivos. Mesmo os que dispõem de recurso os mesmos devem se deslocar até o bairro D. Almir, já que o bairro Jardim Prosperidade não é dotado desse serviço. Outro fato agravante é a ausência de uma creche no bairro, pois por não terem com quem deixar as crianças as

²⁷ Jornal Correio de Uberlândia 15/05/99. Pesquisa prosperidade, maioria das crianças está desnutrida.

mães ficam impossibilitadas de saírem para trabalhar, ou até mesmo para procurar emprego.

Uma das moradoras do bairro Elza Severino, desabafa:

“Eu quiria muito trabalhar, para ajudar o meu marido em casa mais eu num tem com quem deixar os meus filhos, tenho três crianças, a mais velha tem 06 anos e o mais novo tem 03 anos, o meu marido é pedreiro, não tem garantia nenhuma, um mês tem serviço o outro não tem, nós tamo passando muita dificuldade”²⁸

A maioria dos pais de família que trabalham são serventes ou pedreiros e não têm carteira de trabalho assinada e nem garantia de conseguir outro emprego quando termina uma obra; outros vivem de biscates como catar papel, latas de alumínio, carpina de quintal e jardinagem etc. Já entre as mulheres que trabalham a maioria é composta por bordadeiras de roupa ou domésticas, trabalho de pouca remuneração.

“Graças a Deus eu ajudo o meu marido em casa, ele é pedreiro e nem sempre tem serviço, mais já tem 02 anos que lavo e passo roupa p’ra uma mulher lá no centro da cidade, ela me paga pra lavar e passá R\$ 20,00 por semana mais os passes de ônibus, o que tá salvano nois é isso, graças a Deus”²⁹ Relata D. Elza Severino.

²⁸ Entrevista com a moradora D. Elza severino, realizada em 10/10/99

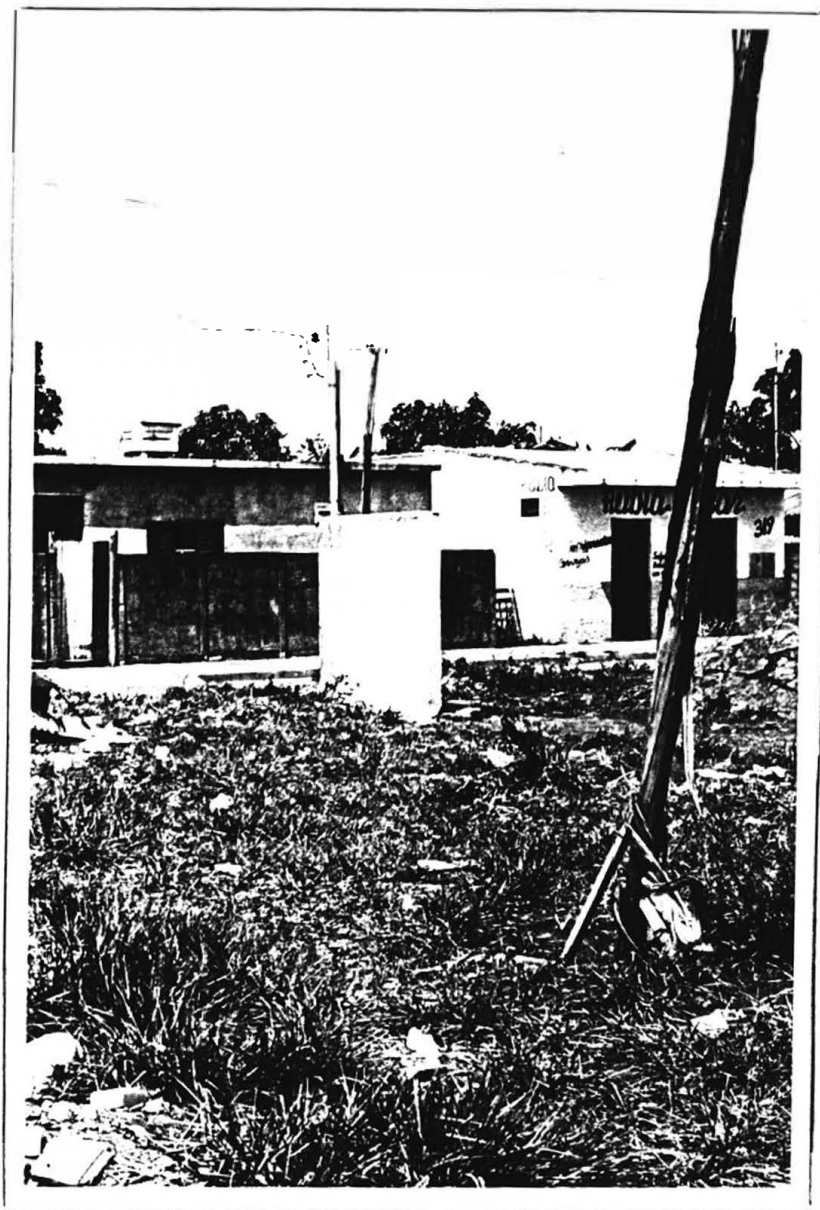
²⁹ Entrevista com a moradora D. Elza severino, realizada em 16/10/99

Segundo os próprios moradores do bairro, quando a colônia penal estava sendo construída (1995 a 1998), a mesma gerou emprego para muita gente, pois a administração da obra preferiu contratar pessoas do próprio bairro, pois assim não havia necessidade de pagar vale transporte para elas. O salário que a administração da colônia penal pagou aos trabalhadores foi baixíssimo: pedreiro ganhava R\$ 240,00 por mês e servente de pedreiro ganhava R\$ 180,00 por mês. Apesar do baixo salário havia intermináveis filas compostas principalmente por moradores dos bairros D. Almir e Jardim Prosperidade à espera de alguma vaga, atraídos pela idéia de trabalhar de um a três anos perto de casa, já que essa era previsão do término das obras, apontado pelo Estado.

O Sr. José Lúcio, morador do bairro, era pedreiro desempregado e conseguiu uma vaga na obra. Antes ele mantinha suas despesas de casa com um pequeno bar improvisado na frente de sua casa, no qual a sua esposa tomava conta, da casa e do bar, enquanto que ele vendia suco de laranja na rodovia.

“Era muito difícil eu tinha que ir pegar laranja na CEASA de bicicleta, chegava em casa tinha que espremer e ensacar o suco, não tinha freezer colocava na geladeira, fazia gelo e colocava dentro da caixa de isopor pra levar p'ra rodovia, não tinha muito lucro porque perdia muito suco”.³⁰

³⁰Entrevista com morador, Sr. José Lúcio, realizada em 16/10/99.



Em Primeiro plano poste de madeira que sustenta a rede elétrica já com a base comprometida, ao fundo pequeno estabelecimento comercial muito comum no bairro.

Grande parte dos moradores do bairro Jardim Prosperidade está desiludida com a situação do local e não acredita que as “coisas” vão melhorar em um curto espaço de tempo.

O Sr. José Lúcio, por exemplo, procedente de Montes Claros, norte de Minas, veio para Uberlândia porquê acreditava que aqui a mão de obra de pedreiro era mais valorizada, disse que se enganou pois aqui em Uberlândia a mão de obra é até mais barata. segundo ele,

*“Vim para Uberlândia em 92, o dinheiro que eu tinha eu empreguei nesse terreno, paguei a nota mais ainda não tenho escritura, porque fui enganado, este bairro não era legalizado, eu não sabia porque já tinha muita gente morando aqui, por isto eu pensei que estava tudo certo, hoje em dia estou querendo voltar para Montes Claros, mas não acho comprador para minha casa, porque não tenho documentos dela, os poucos que aparecem pra comprar só com o contrato oferecem tão pouco que não compensa eu vender, não dá pra fazer nada, tenho que ficar por aqui mesmo para ver o que é que dá isso aqui”.*³¹

A maior parte dos moradores do bairro está na mesma situação do Sr. José Lúcio embora desiludidos com as condições do local, totalmente desprovido de melhoramentos, por outro lado, são obrigados a ficar por não ter para onde ir e nem

³¹ Entrevista com morador, Sr. José Lúcio, realizada em 16/10/99.

como vender a sua casa. Ou seja, os adquirentes dos terrenos do bairro Jardim Prosperidade, que construíram suas casas, embora inacabadas, não têm outra alternativa a não ser se sujeitarem a morar no bairro, pois geralmente eles não possuem outro patrimônio e como não têm dinheiro e nem como vender suas casas ficam impossibilitados de se mudarem.

Segundo Eli José Andrade, morador do bairro, há 2 anos ele tenta vender a sua casa mais não consegue, pois o preço que lhe oferecem não dá para pagar nem o material utilizado.

“Eu mesmo construí minha casa, contruí para mim morar, usei só material de primeira qualidade, fiz com ferros na base, e a cada 4 fiadas de tijolo eu passei uma barra de ferro de 1/4, a minha casa tem laje é de 70 m, do jeito que ela tá ela vale R\$ 10.000,00, só a casa fora o terreno, mais o valor que eu encontrei nos dois foi de R\$ 2.500,00, parei de pagar o terreno, porquê é muito abuso; a gente não tem nenhuma garantia de nada.” ³²

A revolta dos moradores é muito grande porque eles pagaram os terrenos e empregaram todas as suas economias na construção das casas, porém não conseguem a posse definitiva porque não possuem a escritura.

"Estou tentando vender meu terreno aqui no prosperidade, mesmo que já tenha iniciado a minha casa, mas não estou muito confiante no

³² Entrevista com o morador Eli José Andrade realizada em 16/10/99

progresso desta região. Devo participar do pro lar do prefeito Virgílio Galassi e quem sabe morar em um lugar melhor que este". ³³

Como se vê o discurso eleitoreiro surge bastante efeito na população, há uma incorporação do discurso oficial, onde os problemas cotidianos são esquecidos, ao mesmo tempo que depositam esperanças de uma suposta solução em breve por meio do poder público. Mas como esta não vem os moradores ficam apenas na ilusão e sustentados pelo seus próprios esforços que realmente reformulam o espaço em que vivem.

A exemplo do Sr. Eli José Andrade, muitas pessoas também pararam de pagar os terrenos tornando-se inadimplentes. A situação se torna ainda mais complicada na medida em que, no mesmo bairro, existem pessoas que compraram o terreno à vista, outras que compraram à prestação e já acabaram de pagar e outras que compraram à prestação e pararam de pagar. Por outro lado, a situação de todos é a mesma: encontram-se sozinhas na luta por seus direitos, pois o poder público municipal nada faz no sentido de levar melhorias para o bairro ou legalizar a situação do mesmo. Longe disso, as autoridades municipais escondem-se por trás do discurso formal e burocrático do tipo:

³³ Jornal o triângulo Caderno, cidades, 17/07/97, entrevista com morador Sebastião Alves

*"Ele foi feito sem autorização. A secretaria aprova o loteamento apenas após todos os projetos estarem dentro das normas exigidas por todas as secretarias envolvidas".*³⁴

Neste sentido os moradores estão abandonados à sua própria sorte restando somente a persistência e a resistência dos mesmos para reverter a atual situação.

Como são migrantes vindos de cidades pequenas, ou mesmo da zona rural, estes moradores estavam acostumados a viverem em bairros sem asfalto e a maioria achou que era normal comprar um terreno sem infra-estrutura. Todos acreditavam que por ser um advogado que estava vendendo, estava tudo legalizado. Todas as pessoas com quem conversei disseram que não procuraram saber junto à Prefeitura se o bairro era legal ou não, todos disseram que confiaram nos advogados e nas obras que estavam em andamento (abertura das ruas).

Todos os moradores entrevistados, quando perguntados se conheciam as normas legais que regulamentam os novos loteamentos responderam com unanimidade que não. Eles desconheciam o conjunto de obrigações impostas pela prefeitura ao loteador e compraram seus terrenos confiando na idoneidade da extinta imobiliária Continental, recebendo como comprovante um simples contrato de compra e venda, que não tem valor algum, pois não dá ao comprador o direito de proprietário, já que todos os adquirentes de terrenos no bairro Jardim Prosperidade estão impossibilitados de obter a escritura.

³⁴ Jornal Correio de Uberlândia, 29/05/96 entrevista com Lione Gargalhoni então secretário de obras do município

No que diz respeito a ação do poder público se de um lado nada faz no sentido de punir os especuladores imobiliários, responsáveis pelo loteamento clandestino, por outro lado acaba contribuindo para valorização ou não de determinadas áreas. No caso do Jardim Prosperidade. Isso se aplica em relação a escolha do local pelo poder público para construir a colônia penal professor Jacy de Assis.

Os moradores do bairro Jardim Prosperidade estão desprotegidos já que não têm posto policial no bairro, e como não existe iluminação pública, a própria polícia evita fazer rondas noturnas, o que causa uma revolta muito grande nas pessoas. Ana Lúcia, moradora do bairro, reclama que teve que parar de estudar à noite, por conta da falta de segurança.

*“Eu queria estudar, mas tenho que trabalhar de dia e a noite é muito perigoso voltar pra casa por causa da escuridão, eu morro de medo, por isso eu parei”.*³⁵

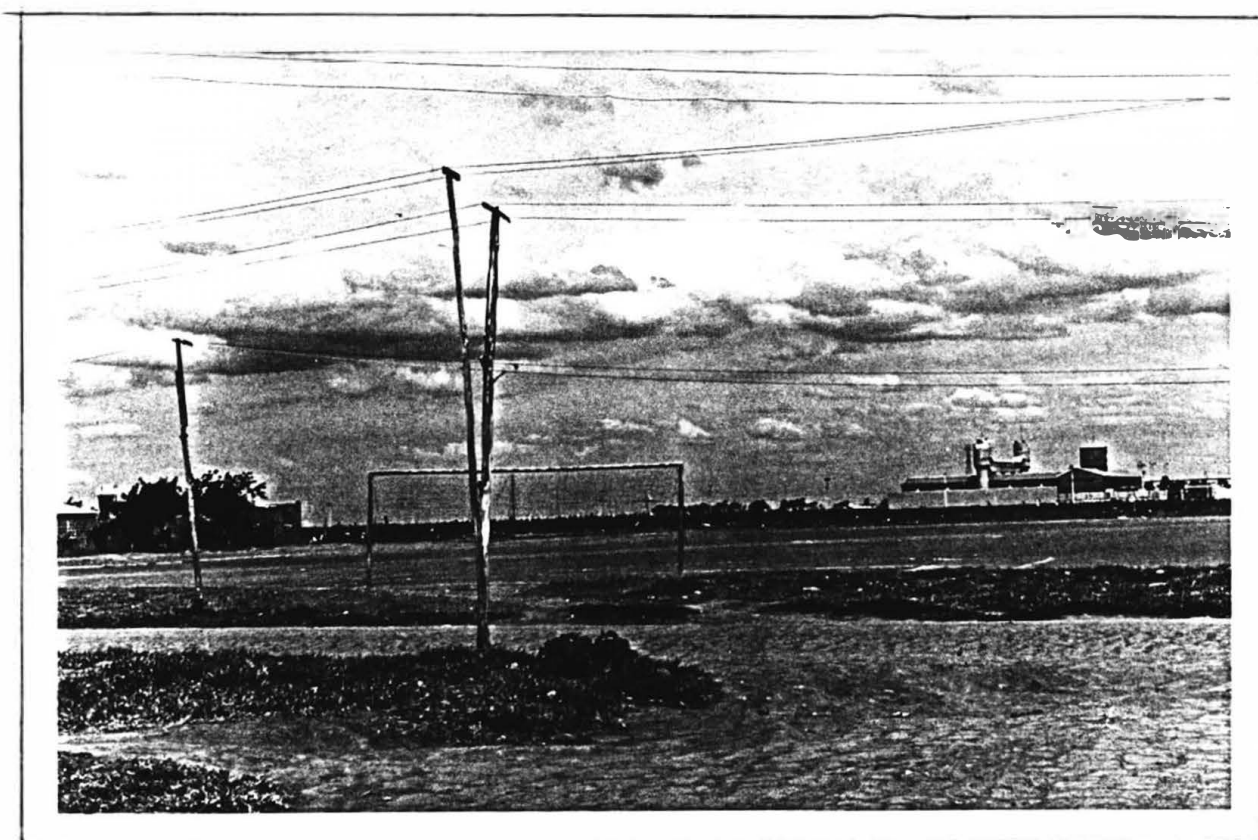
Os pais têm medo de deixar seus filhos saírem para passear a noite, pois para se deslocar do bairro para o centro da cidade têm que caminhar uma grande distância na escuridão até o bairro Dom Almir, para só então pegar um ônibus. O retorno é ainda mais perigoso, pois as ruas estão ainda mais isoladas e escuras, fato que facilita a ação de marginais.

³⁵ Entrevista com a moradora D. Maria de Fátima realizada em 20/10/99

*“Aqui nós não tem gosto de sair de casa porque é muito perigoso; quando os meninos saem da casa a noite eu não durmo enquanto eles não chegam em casa, a gente não tem sossego ”.*³⁶

Como se vê a construção da colônia penal, que teve início em 1.995, e foi construída dentro do bairro, agravou ainda mais o problema da segurança no Jardim Prosperidade. Na verdade a construção da colônia penal tornou-se possível através de um acordo firmado em 1994 entre o município e o governo do Estado, neste acordo ficou determinado que a prefeitura de Uberlândia doaria um terreno de 30m², mais a infra-estrutura necessária para o funcionamento da mesma, já o Estado de Minas Gerais teria a responsabilidade de construir o prédio. Firmado o acordo a Prefeitura Municipal de Uberlândia adquiriu o terreno, ao lado do bairro Prosperidade, o que gerou muitas expectativas para os moradores pois eles acreditaram que com a aquisição do terreno pela prefeitura e a conseqüente construção da colônia penal, o bairro receberia pelo menos energia elétrica, dado a proximidade. Ocorre que isso não aconteceu, o bairro permanece às escuras pois apenas o pátio da colônia penal e as laterais do prédio receberam iluminação e apenas o corredor que dá acesso ao mesmo prédio recebeu pavimentação para o tráfego de viaturas militares.

³⁶ Entrevista com moradora D. Maria de Fátima realizada em 20/10/99



Campo de futebol improvisado pelos moradores, um dos poucos locais de lazer da população, ao fundo colônia penal Prof. Jacy de Assis.

A colônia penal, que teve sua contração iniciada em 1.995, foi inaugurada em outubro de 1.998. Para a revolta dos moradores, a promessa do prefeito Virgílio Galassi, feita no dia da inauguração, não foi cumprida. Segundo os moradores, o prefeito disse que só transferiria os presos para o local depois de colocar rede elétrica no bairro. Acontece que essa promessa não passou de campanha eleitoral. “*No dia ficamos contentes e batemos palma, mas hoje sabemos que fomos enganados*”, reclama Eurípedes Garcia Belo.³⁷

Quando a colônia penal ainda estava sendo construída, alguns moradores do bairro puxavam de lá a chamada “luz de gato”, e tinha-se uma certa tolerância com isso por parte das autoridades essa tolerância acabou de repente, após a inauguração.

A maior revolta dos moradores, porém, não é com a promessa não cumprida do prefeito municipal. Pior do que isso é o problema do grande número de assaltos que acontece no bairro. Com a ação dos marginais encoberta pela escuridão, segundo vários depoimentos de moradores não há uma única casa ou comércio no bairro que não tenha sido assaltada pelo menos uma vez. Segundo depoimento de Eurípedes Garcia Belo, ele teve o seu estabelecimento assaltado cinco vezes, e a investida dos marginais chegou ao ponto de roubarem uma geladeira, um tanquinho e toda roupa de sua casa, enquanto o casal dormia.

Além do medo dos assaltantes favorecidos pela escuridão, os moradores do bairro têm medo de serem confundidos com os próprios bandidos. Além disso, a colônia penal

³⁷ Jornal correio de Uberlândia 20/10/99 entrevista com morador do bairro Sr. Eurípedes Garcia Belo

não mantém guarda 24 horas por dia e como muitos moradores para chegarem às suas casas são obrigados a passar muito próximos a esse prédio, isso aumenta ainda mais o perigo. Eles temem, ainda, uma eventual rebelião dos presos, fato que os esporia a um enorme risco.

“Se tiver uma fuga de presos `a noite vamos correr pra onde, se nossas casas são frágeis? Vamos acabar levando uma bala perdida e morrendo sem saber quem atirou,” ³⁸

Prevê Sílvia Oliveira da Silva, em entrevista para o jornal correio de Uberlândia.

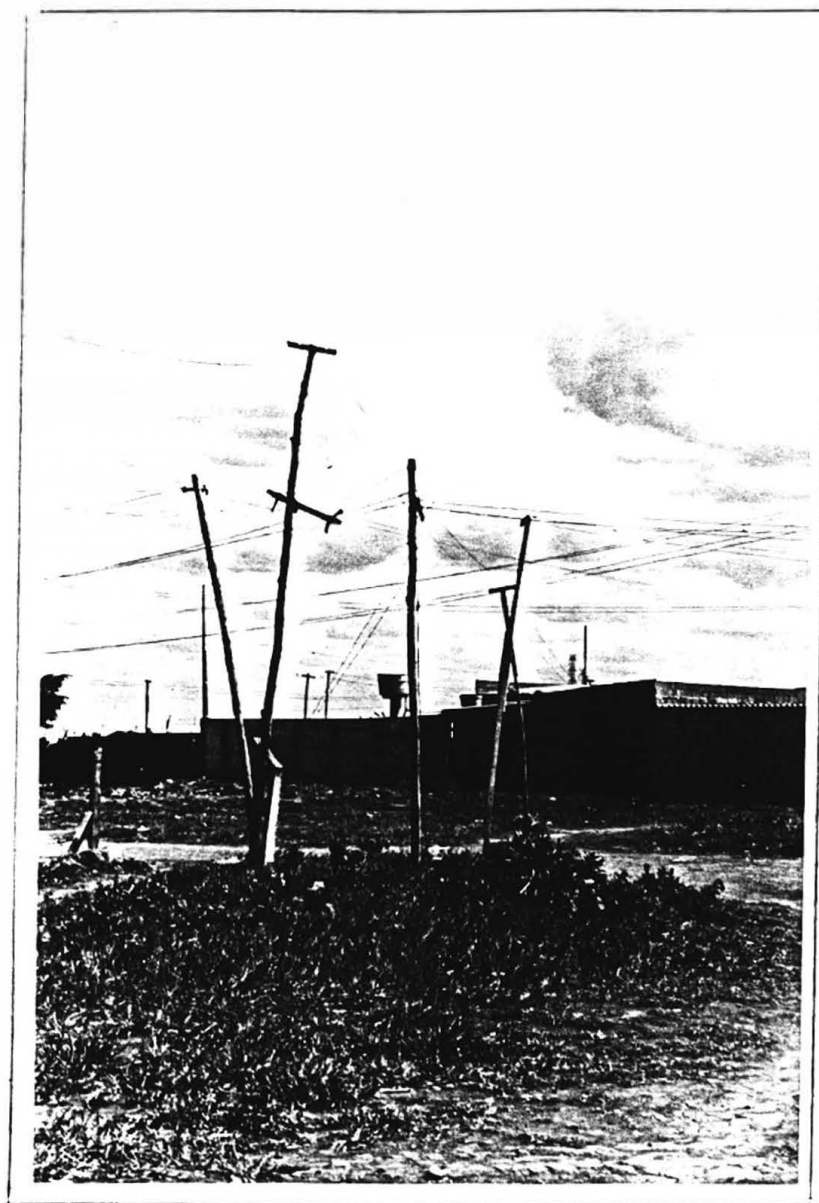
Os moradores do bairro têm razão ao temerem uma rebelião na colônia penal , pois com menos de um ano após a sua inauguração isso já aconteceu. Nessa primeira rebelião que no dia 11 de março de 1998, cerca de 160 presos destruíram camas, queimaram colchões, sendo que muitos conseguiram fugir. Pouco mais de um ano depois, em novembro de 1999, aconteceu a segunda rebelião. Segundo dados da polícia militar cerca de 80 presos destruíram cadeados quebraram camas e invadiram o pátio central, fazendo vários agentes penitenciários reféns. O motim só foi controlado após muita negociação com o diretor do presídio, Sr.Vicente de Paulo. Recentemente houve nova tentativa de fuga na colônia penal professor Jacy de Assis. Um preso tentou fugir usando uma “Teresa” (corda feita de roupas e lençóis) para escalar o muro, mas acabou ficando no arame farpado e sendo recapturado ,fato que foi amplamente divulgado pela mídia local. Depois da terceira tentativa de fuga consecutivas o próprio

³⁸Jornal correio de Uberlândia 14 /11/99.Colônia penal amedronta Jardim Prosperidade. entrevista com a moradora Silvia Oliveira Da Silva.

diretor da colônia penal chegou a admitir que o presídio foi mal projetado e que, portanto, não oferece segurança. O que vem justificar o medo dos moradores, e demonstrar a impotência do poder público em resolver as questões sociais.

Anexo ao bairro Prosperidade existe uma favela; trata-se de uma área invadida. Ao perguntar a um dos moradores do Bairro Jardim Prosperidade se a referida favela pertence ao bairro, ele imediatamente respondeu que não. Após conversar com outros moradores fui percebendo que eles não gostam que se vincule o nome do bairro à favela. Por ser um bairro não reconhecido pela prefeitura (apesar de não ser área invadida como diz os órgãos públicos), os moradores temem que a vinculação do nome do bairro à favela possa prejudicar ainda mais a imagem do bairro. Por outro lado, os moradores da favela (Prosperidade), reivindicam a inserção da favela ao bairro.

Na parte que não foi invadida as casas são de alvenaria, a maioria tem laje premoldada, já na parte invadida (favela) as casas, são barracos feitos de lona, papel, latas sucatas. Além disso, há um fato que as tornam uma verdadeira armadilha: as ligações clandestinas de energia que são feitas com fios emendados, desfiados e de várias espessuras, que passam sobre as lonas, caibros, plásticos, tábuas etc; O que propicia um risco muito alto de incêndio.



**Redes de energia elétrica improvisadas pelos moradores,
sem nenhum critério técnico.**

Já no bairro prosperidade propriamente dito o fornecimento de energia é captado através de padrões de energia instalados na Rua do Hino, situada no Bairro Dom Almir. O cenário desta rua é bastante bucólico, vê-se vários padrões de energia, todos com uma caixa de correio feito de madeira de maneira improvisada pelos próprios moradores. Cada padrão fornece energia para seis ou mais residências, as caixas de correio são usadas pela CEMIG para colocar as boletas das referidas contas. Para que a energia elétrica chegue às casas a própria população do bairro colocou postes nas ruas, estes postes são de madeira, foram eles que também com seus próprios recursos que fizeram toda a fiação, que por sinal não obedece nenhuma norma técnica. Ainda com relação a energia elétrica, devido ao grande número de residências servidas por um mesmo padrão, há muitas oscilações de energia provocadas pelo uso de vários eletrodomésticos ao mesmo tempo, como o chuveiro por exemplo. Estas oscilações fazem com que muitos eletrodomésticos acabem queimando e os consumidores mais uma vez arcam com os prejuízos. A iluminação das ruas inexistente, pois não foi feita pelos moradores. Apesar destes terem colocado os postes nas ruas, se o fizessem as ligações para as mesmas as contas tornariam muito altas. Além do mais, teriam que ser adquiridas lâmpadas especiais e relês, fotocélulas que acenderiam e apagariam as luzes de acordo com a luminosidade, fato que se torna impossível devido a condição de baixa renda dos moradores. Além disso, os moradores têm clareza que a iluminação pública não é de responsabilidade deles, visto que eles compraram os terrenos e em seus preços estavam incluso a iluminação pública, assim como outros benefícios.

A maioria das residências do bairro não possui água encanada, restando aos moradores percorrer grandes distâncias para pegar água em ligações clandestinas, que eles próprios improvisaram. Essas ligações, freqüentemente são descobertas pelo DMAE que, imediatamente corta as mesmas. Desde que formou-se o bairro, em 1989, a população vem reivindicando junto ao DMAE a construção da rede de água, mas o órgão municipal contrariando os direitos humanos, se nega a sanar o problema. Por outro lado ignorando essa realidade, o DMAE freqüentemente faz campanhas caras na mídia local com o intuito de legitimar aumentos abusivos de preço nas tarifas de água afirmando que em Uberlândia 100% da população recebe água tratada. Em um artigo divulgado pela imprensa local o referido órgão da números comparando Uberlândia com demais cidades de seu porte em todos os países: "SANEAMENTO BASICO"³⁹ neste item Uberlândia mostra números não usuais no Brasil, 100% das casas são dotadas de energia elétrica, 99% com água tratada, 93% com rede coletora de esgotos, e 85% com asfalto.

³⁹ Jornal o Triângulo, 02/10/96Qualidade de vida"produtividade intelectual é função do ambiente em que se vive."

Página não encontrada no original.

O DMAE está promovendo a despoluição do Rio Uberabinha, Rio que abastece Uberlândia e também serve de emissário de esgotos residenciais e industriais. Nesta obra o referido órgão procurou justificar um aumento abusivo no preço das tarifas. Estabelecendo uma comparação com outras cidades do mesmo porte de Uberlândia, esta campanha foi amplamente divulgada, com o intuito de persuadir a população para necessidade do aumento absurdo das tarifas. Com a obra, o DMAE diz atingir 100% de esgoto tratado em Uberlândia, ou seja o órgão que já fazia propaganda enganosa ao divulgar que em Uberlândia 100% da população recebe água tratada, mais uma vez usa o poder da mídia para enganar a população.

Algumas residências do bairro jardim prosperidade possuem água encanada, porém a água chega as casas de forma precária. Segundo Eli José Andrade, a residência dele tem água encanada, pois ele pagou para a imobiliária continental, empresa que vendeu-lhe o terreno, pela implantação da rede. Outras residências da rua também recebem o benefício. Porém apesar de Ter em algumas ruas a rede de água, o DMAE se recusa a fazer as ligações nas residências enquanto o bairro não estiver legalizado. Face a isso, os moradores por iniciativa própria ligaram os hidrômetros, porém quase não tem água na rede instalada na rua

Os moradores que pagaram pela rede de água freqüentemente têm o benefício suspenso pelo DMAE. Isso, por exemplo, ocorreu em 20 de agosto de 1997, quando o DMAE, alegando irregularidades, das ligações (que segundo o departamento não obedeciam as normas padrões da instituição, como por exemplo a ausência do hidrômetro em algumas residências), se recusou a fazer as ligações. Diante disso, os

moradores por iniciativa própria fizeram as ligações. Alguns seguiram as normas do referido órgão, outros não obedeceram as exigências e deixaram de colocar o hidrômetro, por exemplo. Por vezes, o DMAE adota medidas punitivas, como ocorreu em 1997, quando o bairro ficou totalmente sem água, cortada por aquele órgão. Esse corte que o DMAE fez não foi em residências esporádicas, mas sim um corte geral afetando todo o bairro, ou seja simplesmente fechou e lacrou o registro geral da rede impedindo que ela chegasse ao bairro. O DMAE não levou em consideração nem as pessoas que seguiram o regulamento, e pagavam em dia as taxas, mesmo que muito mal servidos de água. Diante deste episódio, no dia 28/06/97, após a realização de uma assembléia na associação dos moradores do bairro, estes resolveram procurar o promotor de justiça, Marco Aurélio, na esperança de que o se sensibilizasse com a situação dos moradores do bairro e obrigasse o DMAE a restabelecer o fornecimento de água para o bairro. Esta mobilização surtiu efeito, o promotor escreveu um parecer que foi encaminhado ao ministério do estado de M.G, e em uma semana o juiz concedeu uma liminar obrigando o DMAE restabelecer o fornecimento de água para o bairro. Veja na íntegra o documento emitido pelo promotor:

Ministério público do estado de M.G

Comarca Uberlândia M.G

promotoria de justiça

Em plantão

Ação - Medida cautelar inominada

Parecer 1 promotoria

MM.JUIZ;

A associação de moradores e adquirentes dos terrenos do bairro jardim prosperidade ,requer, liminarmente, o restabelecimento do fornecimento de água, cortado, pelo DMAE (departamento de água e esgoto de Uberlândia)

Passo a opinar:

São exatamente 23:00 horas do dia 28/06/97. Neste momento, meus filhos dormem tranquilamente, após, evidentemente, banho tomado.

Acompanho a luta infrutífera das 300 famílias do suposto Bairro Prosperidade. Honestos, adquiriram, com suor e sacrifício, os seus lotes e casas para moradia, ludibriados pela certeza que estava tudo legalizado. Meses e meses, tentam os mesmos, após saberem da triste realidade, resolver a situação do referido loteamento.

Em outra premissa, recorro a constituição federal que garante ao cidadão o mínimo de segurança com relação a moradia, saúde e educação. Quanto mais com relação a dignidade. Como promotor de justiça não posso quedar-me inerte diante da ausência, pasme exigno magistrado, de água.

Água que vejo em recente propaganda do referido órgão, contada como fonte de vida e de saúde. Não, não posso calar-me.

Requero, solicito e imploro que de ao menos água . Água para viver, para tomar banho, pra fazer e cozinhar alimentos, para limpar a sujeira causada pela irresponsabilidade de alguns.

"Perriculum In mora", maior não conheço.

"Tumus boni iures", evidenciado pela carta magna em seus artigos 5 e 6 da referida , demonstra o que é o verdadeiro direito.

Peço "venia", nobre magistrado pela caligrafia, pois não há como atender num momento tão triste com computadores, máquinas de escrever, etc., pois, não as tenho em minha residência.

Nesta hora, digno Juiz, peço-lhe ÁGUA para estes renegados e desrespeitados .

Cabe ao DMAE realizar obras de infra - estrutura, levar vida aos moradores e respeitar e cumprir o serviço público.

Chega ,é o momento de cumprir lei maior: respeito a vida através da AGUA.

É o parecer.⁴⁰

⁴⁰ Liminar enviada a promotoria de justiça do Estado de Minas Gerais. pelo promotor de justiça de Uberlândia Sr. Marco Aurélio, após visita em sua casa, promovida por moradores e integrantes da associação do bairro, com o objetivo de pressionar o DMAE para reestabelecer o fornecimento de água para o bairro.

Apesar do restabelecimento da água para o bairro com a intervenção do ministério público, o serviço continuou deficiente, não atendendo de forma satisfatória aos moradores. No entanto, a conta de água chega para para os moradores todos os meses, a cobrança da água que praticamente não chega as casas freqüentemente gera revolta aos moradores, muitos preferem buscar água nas ligações clandestinas que existem no bairro, e com isso deixaram de pagar o DMAE. O seja, embora deixaram de utilizar a água encanada, mesmo assim, o órgão cobra a taxa mínima CR\$ 6,99 por um serviço não prestado. Como a maioria dos moradores deixou de pagar o órgão , devido a sua ineficiência , mas uma vez fechou-se o registro em outubro de 1999, trazendo mais transtornos para a população . Porém essa população não ficou imobilizada: novas ligações clandestinas foram feitas, agora ligadas diretamente no bairro D. Almir e, mais uma vez, a associação do bairro entrou com uma ação popular contra o DMAE, para obrigá-lo a restabelecer o fornecimento de água para o bairro.

Como o bairro não possui redes para escoamento dos esgotos domésticos e das águas provenientes das chuvas, ocorre o empoçamento nas ruas, tornando-as intransitáveis, tanto para automóveis como para os pedestres.

É comum em épocas de chuvas, jornais locais divulgarem informações sobre a situação do bairro, porém não conseguem sensibilizar os governantes da cidade pois todos os anos o problema se repete, e nada é feito no sentido de sanar estes problemas existentes.



Rua do bairro Jardim Prosperidade completamente intransitável, entulhos e água proveniente das chuvas impedem a passagem de carros e pedestres.

É rotina ver crianças brincando nas possas de água causadas pelas chuvas, fato que as expõe a vários tipos de doença. Cabe lembrar que junto com as águas das chuvas estão os esgotos domésticos e como estas possas demoram muito para secar, tornam-se propícias para a proliferação do mosquito da dengue , por exemplo. Se levarmos em consideração que a maioria das crianças do bairro é desnutrida, a probabilidade de pegar doenças infecciosas é muito grande.

Em entrevista ao jornal correio de Uberlândia do dia 13 de janeiro de 1999, a moradora do bairro Hilda Maria fala de sua indignação com relação a falta de infraestrutura agravada principalmente em épocas de chuvas:

*" Nós estamos indo embora porque não tem condição nenhuma de morar neste mal cheiro .Nossos filhos andam na lama para sair de casa e a água fede a esgoto."*⁴¹

Todas as pessoas ao serem indagadas se gostariam de se mudar do bairro disseram que sim , porem nao o fazem porque nao tem para onde ir , em entrevista cedida ao jornal correio de Uberlândia do dia 19 de janeiro de 1999, o Sr. Sebastião Alves desabafa:

" Nos não vivemos deste jeito por escolha. Estamos aqui por não ter condições de morar em outro lugar".⁴²

⁴¹ Jornal correio de Uberlândia, Chuva piora situação dos bairros 13/01/99, entrevista com a moradora Hilda Maria.

⁴² Jornal Correio de Uberlândia, Chuva piora situação dos bairros 13/01/99 entrevista com o morador Sebastião Alves.

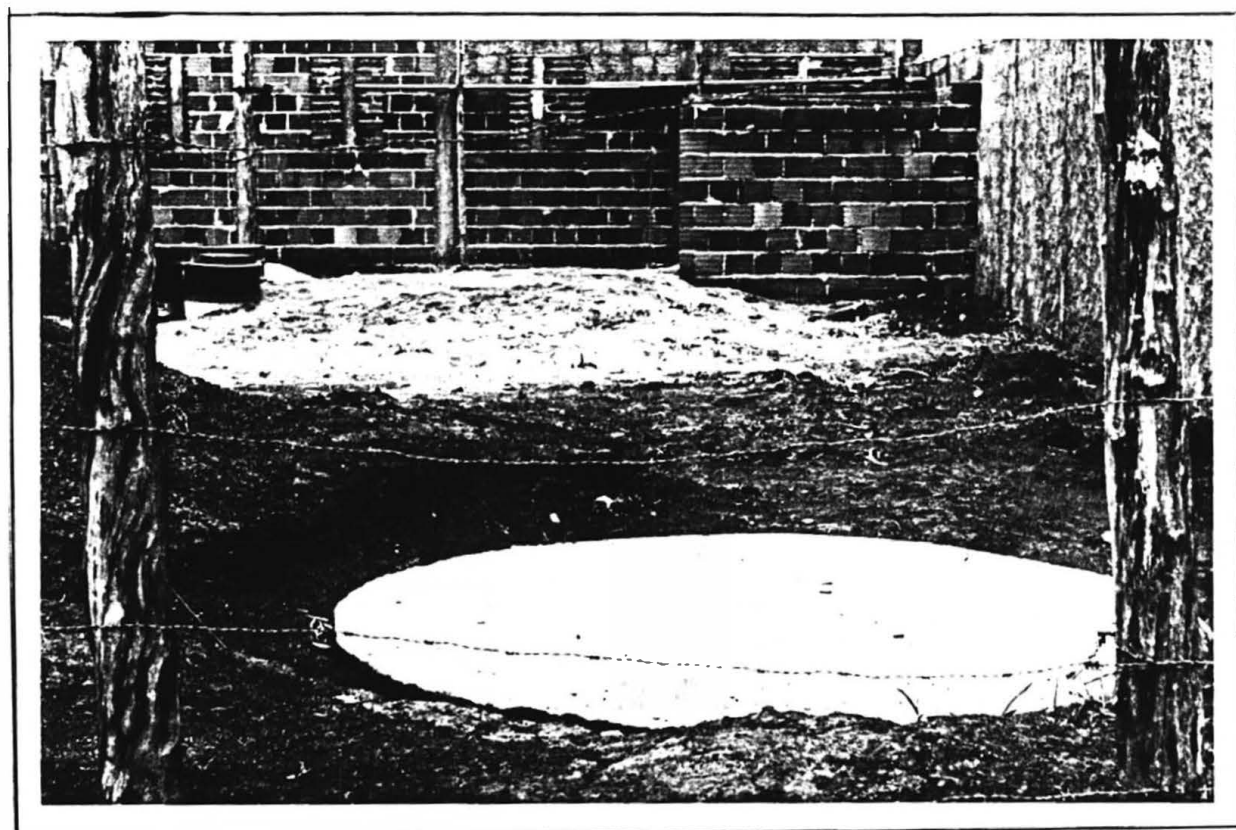
Quando cessa o período das chuvas a situação dos moradores do bairro em pouco melhora. Como o local onde foi construído o bairro é muito alto e plano isso a ação do vento , que promove nuvens de poeira tanto provenientes das ruas , que não são pavimentadas, como das áreas agrícolas, preparadas para o plantio das fazendas que circundam o bairro. A terra revolvida para o plantio se torna solta e com o vento invade o bairro enchendo-o de poeira .

" Aqui nós não temos sossego em época de chuvas neste bairro todo é a água empossada que atrapalha a gente , quando passam as chuvas e vem o sol ninguém agüenta o tanto de poeira , não dá nem para colocar roupa para secar no varal, suja tudo de novo. " ⁴³

Em qualquer estação os maiores prejudicados são as crianças, que são as mais sensíveis à doenças infecciosas e respiratórias .

Apesar de todos esses problemas acarretados pela falta de infra- estrutura já que a prefeitura nada faz pelo bairro, são os próprios moradores que se unem para conseguir melhorias. É com este espírito de união que a população do bairro está conseguindo melhorias, através de mutirões eles se unem e cavam fossas para o escoamento do esgoto doméstico, fazem a canalização de água de forma clandestina para servir a todos do bairro, fazem ligações e redes elétricas clandestinas para servir a todos e freqüentemente se reúnem em assembléias na associação de moradores para reivindicar junto às autoridades municipais soluções para os problemas do bairro. É também nestas assembléias que se delibera sobre a necessidade de organizar mutirões para realizar obras em benefício de todos como o concerto da rede elétrica ou o abastecimento de água.

⁴³ Entrevista com a Moradora Cleidimar Andrade, realizada em 23/10/99



Sistema de fossa usado pelos moradores para captação de esgoto doméstico.

"Quando é época de calor o hairro inteiro fede porque muita gente não tampa elas direito."-⁴⁴.

As fossas só recebem o esgoto de banheiro, porque o esgoto proveniente de tanques e torneiras de cozinha, como tem muita água, como lembra o Sr. José Aparecido, se canalizar todo esse esgoto da casa para a fossa rapidamente a mesma desaba e se torna inutilizada, restando ao morador abrir outra fossa em outro ponto do terreno. Isso ainda segundo o mesmo morador, desvaloriza o terreno, pois no local da antiga fossa sempre ocorre afundamento da terra mesmo que seja entupida de entulho, como eles fazem quando as fossas desmoronam.

"Nesse lugar aqui tinha uma fossa, pra ela vinha todo esgoto da casa, da cozinha, do tanque e do banheiro, só que ela desbarrancou por causa da água, agora eu fiz essa, que só recebe o esgoto do banheiro, teve que fazer como todo mundo, fez essa vala jogando a água do tanque e da cozinha pra rua."-⁴⁵

Relata o Sr. José Aparecido apontando para a fossa que desmoronou e para a nova fossa que foi aberta.

Além do mal cheiro que as fossas exalam, elas funcionam como verdadeiros criadoras de insetos, principalmente baratas.

"Quando é época de calor, elas saem das fossas e entram nas nossas casas, é barata que não acaba mais."-⁴⁶

⁴⁴ Entrevista com morador José Aparecido, realizada dia 20/10/99

⁴⁵ Entrevista com morador José Aparecido, realizada dia 20/10/99

⁴⁶ Entrevista com morador José Aparecido realizada dia 20/10/99

O sistema de fossas foi a maneira encontrada pelos moradores para resolver em parte a questão do escoamento dos esgotos domésticos; geralmente as fossas são cavadas nos quintais das casas em forma de mutirão, os vizinhos se unem principalmente em finais de semana e cavam as fossas para onde a maior parte dos esgotos residenciais são canalizados, amenizando um pouco a quantidade de esgoto lançados nas principais ruas, através de valas.

É através da organização da luta que os moradores do bairro Jardim Prosperidade estão conseguindo condições mais dignas para viver. Com essa ajuda mútua, com solidariedade eles estão conseguindo alguns benefícios para todos, como por exemplo a energia elétrica nas residências, o fornecimento de água dentro do bairro através de ligações clandestinas, a construção de locais públicos de lazer como os campos de futebol criados em terrenos vazios, a construção de fossas através de mutirões, e a efetivação da associação de moradores para organizar-se politicamente e conscientizar os moradores dos seus direitos, pressionando assim as autoridades locais.

Em todas as casas visitadas existem fossas sépticas, que são usadas para a descarga de esgoto de banheiro. Essas fossas são a alternativa encontrada pelos moradores, devido à falta de rede de esgoto na rua. Apesar de amenizar um pouco o problema, as fossas não resolvem o problema totalmente, elas exalam mal cheiro principalmente em épocas de calor gerando um mal estar geral.

As fossas representam também um grande perigo para as crianças por estarem localizadas nos terrenos, as crianças estão sempre circulando ou brincando perto e como a maioria é coberta com tábuas e mesmo tampa de cimento frágeis há o risco de alguma criança cair dentro, isso já ocorreu, uma criança caiu em uma fossa que já estava pronta, mas não estava em funcionamento. Em época de chuvas devido à falta de local para a água escoar, ocorre muitos desabamentos de fossas, pois a água acaba escoando para elas.

Apesar do sistema de fossas não ser tão eficiente, como a rede de esgoto, foi a forma encontrada pelos moradores para resolver em parte o saneamento básico do bairro. Estas fossas são cavadas através de mutirões entre vizinhos, estes mutirões aproximam muito os moradores e despertam a noção da importância da união para resolução de problemas comuns.

Como o bairro não tem praças, parques ou clubes, por iniciativa dos moradores foi construído um campo de futebol que se transformou no único local de lazer de crianças e adultos nos fins de semana, mesmo sendo utilizado apenas durante dia devido à falta de iluminação.

Outro ponto de lazer, principalmente dos adultos, são os pequenos bares, que existem em grande número. As famílias, na tentativa de ganhar algum dinheiro, montam pequenos bares em suas residências. São lugares bastante escuros, devido à má qualidade da iluminação improvisada pelos moradores e freqüentemente, ficam totalmente às escuras devido às freqüentes quedas de energia. Estes bares não ficam

abertos até tarde da noite pois todos estes comerciantes têm medo dos assaltos. Dos entrevistados, todos disseram que já foram assaltados pelo menos uma vez.

Com relação ao lazer mais uma vez as crianças são as mais prejudicadas, pois como não existem creches, elas ficam o dia todo em casa; brincando nas ruas, que ora tem muita poeira, ora tem muito barro, ou expostas esgoto doméstico, que é lançado diretamente nas ruas, através de valas na terra ou de canos. As águas proveniente destes esgotos empossam nas ruas, causando mal cheiro, além de se tornar o local propício para a proliferação de doenças diversas, nestas possas de água com esgoto as crianças brincam sem saber o risco que correm.

Nem todas as famílias do bairro possuem geladeira, mas todos possuem pelo menos um aparelho de televisão, que acaba sendo a melhor opção de lazer e distração dos moradores.

Muitos moradores dedicam suas horas de folga ao jogo de cartas e conversas com vizinhos. As longas jornadas de trabalho e o longo percurso de casa para o trabalho, enfrentados pela maioria dos moradores, levam a que muitos só tenham algum descanso aos domingos ou em dias alternados da semana, que servem para repor as energias consumidas em trabalhos braçais e estafantes. Assim mesmo, quando eles não tem de se dedicar a outras atividades, como a construção da casa própria . Neste sentido, o lazer para a maioria é um acontecimento raro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, pudemos perceber a ação simultânea se alguns agentes sociais que produzem e consomem o espaço urbano, obedecendo sempre a lógica capitalista, ou seja o lucro. São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários ou até mesmo o estado. Promovem simultaneamente ou isoladamente a segregação social e espacial. Em Uberlândia, pudemos notar que os proprietários dos meios de produção são favorecidos com incentivos fiscais, terrenos gratuitos e infra estrutura básica para instalação ou ampliação das fábricas ou indústrias. Por vezes ganham novas localizações onde podem se expandir fisicamente e economicamente e ainda têm a possibilidade de vender o antigo terreno a preços caríssimos, devida a infra estrutura do local. Desta maneira, os donos dos meios de produção promovem a especulação imobiliária e a população que morava perto de uma antiga indústria, com a especulação imobiliária, muitas vezes é pressionada a vender o terreno, ou o próprio município se encarrega de desapropriar, empurrando a classe menos favorecida para a periferia.

Os moradores do Bairro Jardim Prosperidade, neste sentido, foram empurrados para a periferia, na medida em que a área ocupada por eles não interessa para as grandes indústrias e nem para a construção dos bairros nobres. Elegendo áreas nobres, em detrimento de outras, os donos dos meios de produção se auto segregam, isolando-se em bairros nobres e providos de infra estrutura, ao passo que bairros os pobres não contam

com quase, nenhum incentivo por parte do município, ficando muitas vezes completamente abandonados.

Pudemos, ao longo da pesquisa, observar que em Uberlândia os governantes são também grandes proprietários fundiários, usam a terra não só para afirmarem o seu poder político, como também tirar o máximo lucro possível. Com o crescimento populacional e com a implantação de equipamentos públicos torna-se necessário a incorporação de áreas agrícolas ao espaço urbano, áreas essas que geralmente pertencem aos setores privilegiados do município, que manipulam os melhoramentos urbanos no sentido de favorecer interesses próprios promovendo desta maneira a segregação social.

Os promotores imobiliários, que também podem ser chamados de especuladores imobiliários, entram com uma grande parcela dessa responsabilidade, na medida em que grande parte dos mesmos pertencem ou pertenceram a elite politicamente dominante em Uberlândia e promovem melhoramentos em determinados locais da cidade de acordo com seus interesses imobiliários naquele setor, canalizando recursos públicos para benefício próprio. Em contrapartida, os bairros periféricos alheios aos seus interesses, são abertos sem infra estrutura e ficam por muitos anos abandonados perante o poder público municipal.

Se considerarmos o Estado nos três níveis político-administrativos: federal, estadual e municipal, podemos observar a importância do mesmo na efetivação da segregação social e visualizar o discurso que encobre os interesses dominantes. Mas é na esfera municipal que estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos

eficaz. Nos municípios os setores fundiários e imobiliários constituem-se em um fértil campo de atuação para as elites locais. Como já foi destacado, em Uberlândia os governantes são também grandes proprietários fundiários urbanos. A primeira imobiliária de Uberlândia pertenceu a um latifundiário urbano que se transformou em especulador imobiliário e a seguir prefeito da cidade. Esta prática ainda predomina com atual prefeito que também é um latifundiário urbano e especulador imobiliário, pois o prefeito Virgílio Galassi é dono da Viga Imobiliária, que promoveu melhorias em vários locais para valorizar bairros nobres criados por sua imobiliária e canalizou recursos públicos para valorizar estas áreas vejam os casos dos bairros, Jardim Altamira, Karaíba, Morada da Colina que foram favorecidos com obras como; a duplicação da Av. Nicomedes Alves dos Santos, prolongamento da Av. Liberdade bairro Copacabana, construção de anéis viários etc. Tudo para a valorização da área nobre, que inclusive o próprio prefeito mora no local.

A ação conjunta destes agentes sociais, ao mesmo tempo que se auto segregam, isolam, excluem grande parte dos habitantes da cidade O bairro Jardim Prosperidade, neste sentido, é fruto desta articulação organizada e seus habitantes sofrem com os sintomas da exclusão tais como; subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o sub emprego e mesmo o emprego mal remunerado.

A esta grande população de excluídos restam formas de resistência e organização política para assim firmar a sua situação enquanto sujeito histórico. É neste sentido que entendemos que a ação coletiva, a solidariedade e a consciência política coletiva,

através da AM são fundamentais na luta contra a exclusão social fortemente evidenciada.

Através da resistência, seja individual ou coletiva através da associação de moradores, da solidariedade, a população excluída do Jardim Prosperidade tem transformado o próprio espaço criando, mecanismos e articulando formas opcionais de melhorias, desmistificando com isto o discurso oficial, que em Uberlândia prega a igualdade negando a luta de classes, e classificando a população como ordeira e trabalhadora.

Cabe reconhecer também que, em grande medida, se a população excluída consegue algum melhoramento urbano através de pressões exercidas junto ao poder público, o significado dessa resistência é logo diluído por este mesmo poder público, que transfere para si os méritos de tal benefício.

Neste sentido esta pesquisa visou, antes de tudo, contribuir com o conhecimento dessa realidade ouvindo voz aos excluídos, abordando as suas lutas, as suas formas de resistência, a sua organização política e cultural.

Isso tudo, negando o discurso oficial predominante deixou transparecer a segregação social presente em Uberlândia, proporcionada pela elite dominante, mas mostrou também uma população cuja pobreza não anulou-lhe a capacidade de resistência e nem retirou-lhe o sonho de se afirmar enquanto sujeito.

Bibliografia

- 1- ALEM, João Marcos. *Representações coletivas e história política em Uberlândia*. In: **revista perspectivas e História**,4:79-102,jan/jun,1991.
- 2- ALVARENGA, Nízia Maria. “*Movimento popular, Democracia participativa e poder político local: Uberlândia 1983/88*.In: **Revista História e perspectivas**, 4:103-129,jan/jun,1991.
- 3- CARDOSO, Ciro Flamariom e outros. *Modo de produção asiático, nova visita a um velho conceito*, Rio de Janeiro, campus ltda, 1990.
- 4- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*, São Paulo, ática, 1989.
- 5- ERIC, Hobsbawm. *A era dos extremos- o breve século XX 1914-1991*, São Paulo, companhia das letras,1995.
- 6- JÚNIOR, Paulo Guiraldelli. *Educação e movimento operário*, editora cortez, São Paulo, SP, 1989.
- 7- LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social*, São Paulo, Cortez,1985.
- 8- MACHADO, Maria Clara Tomaz . *A História de Uberlândia por um outro viés- a sociedade do trabalho. Educação e filosofia, em Uberlândia*, UFU jul./dez 1987.
- 9- MOREIRA, Helvécio Domingos. *Formação e desenvolvimento dos bairros periféricos em Uberlândia*, dissertação apresentada como finalização de iniciação científica, Uberlândia , 1991.

- 10- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, paz e terra, 1983.
- 11- MARICATO, Ermínia. *Auto construção; a arquitetura possível*. In: MARICATO, E. (org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, São Paulo, Alfa- omega, 1982, 71^a 93 .
- 12- SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*, In: MARICATO, E. (org). op. cit p. 21-36.
- 13- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Habitação e produção do espaço urbano em Uherlândia*, tese de mestrado, São Paulo, USP, 1988.